

A Prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano e o 1.º de Maio de 1974 na Madeira

Detention of Américo Tomás and Marcello Caetano and 1974 Labour Day in Madeira

*Lino Bernardo Calaça Martins*¹

Resumo

O presente trabalho pretende constituir um modesto contributo para ampliar o conhecimento, a interpretação e a explicação do período subsequente ao golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Nos primeiros dias de liberdade, na Madeira, houve dois momentos altos: a estada, em situação prisional, dos principais representantes do Estado Novo; e a manifestação do 1.º de Maio de 1974. No que se concerne ao primeiro, apreciamos as razões da escolha deste espaço insular para deter os ex-governantes, o tratamento de que foram alvo, a agitação política que provocaram e a controvérsia surgida em torno do seu exílio para o Brasil. Relativamente ao segundo episódio, identificamos as suas motivações, a organização e a participação popular envolvidas e as respectivas consequências político-sociais, destacando-se a conclusão de que o 25 de Abril na Madeira ocorreu no 1.º de Maio.

A abordagem destes eventos faz-se não apenas parcelarmente, mas sobretudo através da sua obrigatória relação e da avaliação do seu impacto no espoletar e no acelerar da Revolução dos Cravos, nas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Com o recurso à imprensa regional e nacional da época, aos registos áudios e televisivos e à bibliografia disponível, deixamos uma breve visão – a complementar – de uma fase marcante na História do 25 de Abril na Madeira.

¹ Mestre em Estudos Regionais e Locais pela Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (2016). Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1983). Autor de *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75* (2017), Câmara Municipal de Machico, e coordenador de *Machico, a sua história e a sua gente* (1978), Departamento de Iniciativas Culturais da Junta de Freguesia de Machico.

Palavras-chave: 25 de Abril; Revolução dos Cravos; Movimento das Forças Armadas; Junta de Salvação Nacional; Américo Tomás; Marcello Caetano; Palácio de São Lourenço; 1.º de Maio; Dia do Trabalhador; Madeira.

Abstract

The current paper intends to be an unpretentious contribution to deepen the knowledge, the interpretation and the clarification of the period that followed the military coup of April 25th, 1974.

Two major moments occurred in Madeira in those early days of freedom: the imprisonment of the *Estado Novo* main rulers; and the massive demonstration of the Labour Day, on May 1st, 1974. As for the former, the reasons for the island to be the host of the deposed leaders, the way they were received, the political unrest their presence arouse and the controversy about their exile in Brazil were evaluated. Concerning the latter, the leitmotif, organisation, the popular involvement and its political and social consequences were identified, highlighting the conclusion that the 25th April in Madeira took place on May 1st. Not only was the approach of these events done in parcels, but mainly taking into account their relationship and evaluation of the impact in implementing and speeding up the Carnation Revolution, on the archipelago of Madeira.

The local and national press of the time, the audio and television records and the available bibliography were the sources for this brief view – to be expanded later – on a very striking period in the History of the 25th April in Madeira.

Keywords: 25th April; Carnation Revolution; Armed Forces Movement; National Salvation Board; Américo Tomás; Marcello Caetano; Palace of São Lourenço; May 1st; Labour Day; Madeira.

1. A Prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano na Madeira

A história da Revolução dos Cravos², na Madeira, ficará, para sempre, marcada pela chegada à ilha, no dia imediato ao golpe militar, pelas 9h³, e na condição de

² Revolução dos Cravos: «Nome por que ficou mundialmente conhecida a Revolução do 25 de Abril. É um caso de um símbolo surgido espontaneamente, por criação popular, quando, em resposta a um apelo para que fossem oferecidas flores aos militares, alguém ofereceu um cravo vermelho a um soldado, que o colocou no cano da espingarda. Estava encontrado o símbolo da Revolução. Também conhecida por Revolução dos Capitães e por Revolução de 25 de Abril de 1974». CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

³ O *Jornal da Madeira* referiu que a chegada era esperada no dia 25, à noite, mas tal não viera a suceder, tendo inclusivamente este órgão de informação se deslocado ao aeroporto, para o efeito, onde também estiveram diversas entidades oficiais. *Jornal da Madeira*, 26 de Abril de 1974, «Era esperada a vinda para a Madeira do Prof. Dr. Marcello Caetano», p. 1. A entrega foi realizada pelo comandante do avião militar que transportou os prisioneiros, tenente-coronel Baptista Pereira, e pelo primeiro-sargento paraquedista Picanço Gonçalves, chefe da escolta militar. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

detidos, dos ex-titulares do Estado Novo⁴, Américo Tomás⁵, Marcello Caetano⁶, Joaquim da Silva Cunha⁷ e César Moreira Baptista⁸, respectivamente, antigos presidente da República, presidente do Conselho, ministro da Defesa e ministro do Interior, na companhia de Carlos Benvindo dos Reis da Fonseca, ajudante de campo do Chefe do Estado⁹.

Marcello Caetano narrou que, nessa madrugada de 26 de Abril, foi levado, sozinho, num automóvel militar do quartel da Pontinha para o Aeroporto da Base 1 da Força Aérea, e no avião militar, ele e os já referidos governantes foram acompanhados por vários paraquedistas, «todos armados e equipados e sem largarem as espingardas em nenhum momento da viagem»¹⁰. Lamentou-se o ex-presidente do Conselho de Ministros pelo facto de o comando desta escolta ter sido entregue a um 1.º sargento para-quedista, e considerou que estes pormenores sublinhavam «quão pouco

⁴ Estado Novo: denominação do regime instituído, em Portugal, pela Constituição de 1933, e em vigor até ao 25 de Abril de 1974. Embora marcado por vários períodos, globalmente correspondeu a um «longo ciclo autoritário e antiliberal». O exercício do poder autoritário, antiparlamentar e antidemocrático assentava em diversos primados como a «ordem», o corporativismo, a autoridade do chefe, a repressão, o partido único, o nacionalismo e o colonialismo. ROSAS, 1996, «Estado Novo», pp. 315-319.

⁵ Américo de Deus Rodrigues Tomás (1894-1987), oficial de Marinha, desempenhou sucessivamente vários cargos ao longo da sua vida, como chefe de gabinete do ministro da Marinha, presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante e ministro da Marinha, assumindo em 1958 o cargo de presidente da República, indicado pela União Nacional, tendo exercido a função até 25 de Abril de 1974. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

⁶ Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980) foi um nome proeminente do Estado Novo. Jurista, docente universitário, ministro em várias ocasiões, presidente da Câmara Corporativa e Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, substituiu Salazar, como presidente do Conselho de Ministros (1.º ministro), de Setembro de 1968 a 25 de Abril de 1974. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

⁷ Joaquim Moreira da Silva Cunha (1920-2014), professor universitário, ministro do Ultramar (1965-1973) e depois da Defesa, até 25 de Abril de 1974. POLITIPÉDIA, 2012, *Cunha, Joaquim Moreira da Silva*.

⁸ César Henrique Moreira Baptista (1915-1982), advogado, foi presidente da Câmara Municipal de Sintra (1953-1957), secretário nacional do Secretariado Nacional da Informação (SNI) (1958-1968), tendo sido ministro do Interior em 1973-1974. POLITIPÉDIA, 2012, *Baptista, César Henrique Moreira*.

⁹ *Jornal da Madeira*, 27 de Abril de 1974, «Estão na Madeira o Almirante Américo Thomás, o Prof. Dr. Marcelo Caetano e antigos membros do Governo», p. 1; *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1974, «Encontram-se na Madeira os Srs. Almirante Américo Thomaz, Professor Marcello Caetano e os antigos ministros da Defesa e do Interior», p. 1; *Jornal da Madeira*, 28 de Abril de 1974, «A presença na Madeira do Almirante Américo Thomás, do Prof. Marcello Caetano e de ex-membros do Governo», p. 3; *Diário da Madeira*, 27 de Abril de 1974, «Movimento de libertação: As Forças Armadas derrubaram o Governo do Almirante Américo Thomaz e Prof. Marcello Caetano – Comunicado», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Ventos ilhéus – Aeroporto», p. 4.

¹⁰ CAETANO, 1975, *Depoimento*, p. 205.

se consideram os vencidos no nosso País e como nele têm nula valia o esforço, a dedicação, o sacrifício para o servir»¹¹.

Foram recebidos, no aeroporto, pelas mais altas autoridades do Distrito¹² e, sob custódia militar, seguiram em cortejo automóvel até ao Palácio de São Lourenço, no Funchal¹³, onde ficaram alojados durante toda a sua estada na Madeira¹⁴.

¹¹ CAETANO, 1975, *Depoimento*, pp. 205-206.

¹² Na recepção aos ex-governantes, estiveram José Manuel Santos de Faria Leal, chefe de Estado-Maior do Comando Territorial Independente da Madeira (CTIM), Daniel Farrajota, governador civil, Lopes da Eira, governador militar, João Gouveia, substituto do governador civil, Spencer Salomão, chefe de secretaria do Governo Civil e João Borges, da Delegação de Turismo da Madeira. *Jornal da Madeira*, 26 de Abril de 1974, «Estão na Madeira o Almirante Américo Thomás, o Prof. Dr. Marcelo Caetano e antigos membros do Governo», p. 1; *Jornal da Madeira*, 28 de Abril de 1974, «A presença na Madeira do Almirante Américo Thomás, do Prof. Dr. Marcelo Caetano e de ex-membros do Governo», p. 3.

¹³ Segundo o *Diário da Madeira*, «constava particularmente que lhes tinha sido fixada residência na Casa da Queimada de Santana». *Diário da Madeira*, 27 de Abril de 1974, «Movimento de libertação: As Forças Armadas derrubaram o Governo do Almirante Américo Thomaz e Prof. Marcello Caetano – Comunicado», p. 1. Segundo CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 20-21, estava previsto o alojamento dos prisioneiros em hotéis de luxo, Reid's (Américo Tomás e Marcello Caetano) e Madeira Palácio (Moreira Baptista e Silva Cunha), mas esta decisão foi anulada na hora da recepção dos ex-governantes, ainda no aeroporto do Funchal. Rui Carita menciona que chegaram a ser feitas reservas em vários hotéis. CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 45. José Manuel Santos de Faria Leal, na altura chefe de Estado-Maior, anos mais tarde referiu que, no dia 25 de Abril de 1974, foi informado do golpe militar, primeiro, pela sua esposa – que estava a viver em Caxias – e depois, por contacto telefónico com Vítor Alves e Sanches Osório, do comando da revolução, na Pontinha, em Lisboa, tendo sido avisado de que os ex-líderes do regime deposto iriam ser enviados para Madeira e que o mesmo tratasse de os receber, informação esta que José Manuel Santos de Faria Leal deu conhecimento ao governador militar, Lopes da Eira. Numa reunião com este e com o governador civil, Daniel Farrajota, na tarde de 25 de Abril, foi sugerida a hospedagem dos prisioneiros em hotéis. José Manuel Santos de Faria Leal opôs-se, dizendo que os ex-governantes teriam de ficar no Palácio de São Lourenço e que, se houvesse falta de espaço, deveria ser o governador civil a ir para um hotel. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

¹⁴ Segundo o *Diário da Madeira*, os ex-ministros Silva Cunha e César Moreira Baptista «foram vistos nas ruas do Funchal livres passeando como dois turistas». *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Ventos ilhéus – Aeroporto», p. 4. Também CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 21-22, menciona que, no dia 26 de Abril de 1974, os citados ex-ministros teriam ido a uma farmácia e ao café Funchal. VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 81, apontam os nomes de Américo Tomás e Marcello Caetano, em vez dos ex-ministros, nesta saída do Palácio de São Lourenço, os quais teriam sido cumprimentados por populares, por falta de informação sobre o golpe. Rui Carita refere que os antigos ministros da Defesa e do Interior chegaram a «passear-se pelo Funchal, embora junto à fortaleza, mas demonstrando a inexistência de especiais problemas de segurança». CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 45. Alberto João Jardim testemunha que os ex-governantes «foram saudados à entrada de São Lourenço» – reforçando com a expressão «eu vi» – e tinham passeado na cidade. JARDIM, 2017, *Relatório de Combate*, p. 27. José Manuel Santos de Faria Leal, chefe de Estado-Maior, anos mais tarde esclareceu que, no dia 26 de Abril de 1974, foram os dois ex-ministros que, devidamente autorizados, estiveram fora do palácio, durante cerca de 20 minutos, acompanhados por uma escolta, deslocando-se a uma loja nas imediações, para comprar produtos de higiene. Nesta saída, que teria sido a única, não se registou qualquer incidente, mas a situação foi aproveitada para criticar a actuação dos responsáveis militares. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

Segundo uma fonte divulgada no jornal *A Capital*, estes seriam os únicos ex-governantes que se encontravam presos¹⁵, porque não estava no espírito da Junta de Salvação Nacional (JSN)¹⁶ perseguir quem quer que fosse¹⁷. Também, um porta-voz do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas declarou que a JSN não andava a prender todos os ex-governantes, porquanto foram, apenas, destituídos dos seus cargos e «a maioria pod[ia] seguir a sua vida normal», sendo a excepção a prisão dos detidos na Madeira, por «simples precaução, porque as reacções populares peca[vam], por vezes, por um pouco de precipitação»¹⁸.

Juntaram-se a estes, em 29 de Abril, a esposa e a filha do ex-presidente da República, respectivamente, Gertrudes Rodrigues Tomás e Natália Rodrigues Tomás, e ainda Ana Maria Alves Caetano, filha do ex-presidente do Conselho¹⁹.

¹⁵ Refira-se que, além destes detidos na Madeira, houve outros ex-governantes presos, como o general Alberto Andrade e Silva e o coronel Viana de Lemos, respectivamente ex-ministro e ex-subsecretário de Estado do Exército, tendo-se juntado a estes, no dia 23 de Maio de 1974, na cadeia da Trafaria, os ex-ministros Silva Cunha e Moreira Baptista, idos da Madeira. *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1974, «Os ex-ministros do Interior e da Defesa Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa e encontram-se detidos no presídio da Trafaria», pp. 1 e 8; *Jornal da Madeira*, 24 de Maio de 1974, «Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1974, «Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime», p. 6; *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação», p. 4.

¹⁶ A Junta de Salvação Nacional foi criada no próprio 25 de Abril de 1974, existindo até 14 de Março de 1975, momento em que foi instituído o Conselho da Revolução, ficando este com os poderes daquele órgão e do Conselho de Estado. Pertenceram à JSN, os seguintes militares: António Sebastião Ribeiro de Spínola (na qualidade de presidente), Francisco da Costa Gomes, Jaime Silvério Marques (Exército), Diogo Neto (ausente em Moçambique), Carlos Galvão de Melo (Força Aérea), João Pinheiro de Azevedo, António Rosa Coutinho (Marinha). REPOSITÓRIO DIGITAL DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, s. d., *Junta de Salvação Nacional*.

¹⁷ *Jornal da Madeira*, 29 de Abril de 1974, «Os membros do antigo governo estão todos em liberdade», p. 2.

¹⁸ *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «A Junta não anda a prender todos os elementos do governo deposto», p. 7; *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Protecção às individualidades do regime deposto», p. 7.

¹⁹ Gertrudes Rodrigues Tomás, Natália Rodrigues Tomás e Ana Maria Alves Caetano teriam manifestado o desejo de visitar a ilha, mas a intenção foi-lhes recusada. CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 20-21; *Jornal da Madeira*, 29 de Abril de 1974, «Familiares das personalidades exiladas na Madeira», p. 11; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Chegaram ontem à Madeira a esposa e filha do Almirante Américo Thomáz e a filha do Prof. Marcello Caetano», p. 1; *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Estão no Funchal familiares do Almirante Américo Thomáz e do Professor Marcello Caetano», p. 4; *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Quinto comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5», p. 7. Na «Declaração de entrega dos ex-membros do governo», datada de 26 de Abril de 1974, e assinada pelo governador militar, brigadeiro Vasco António Lopes da Eira, figurou a indicação de fazer regressar, ao Continente, o capitão de fragata Carlos Benvindo dos Reis Fonseca, ajudante de campo do ex-Chefe de Estado, quando a esposa e a filha do almirante Américo Tomás chegassem à Madeira. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

A Escolha da Ilha e o Tratamento dos Prisioneiros

A escolha da Madeira como prisão dos derrotados obedeceu a algumas razões de protecção pessoal e índole política. Em primeiro lugar, Otelo Saraiva de Carvalho²⁰ pretendia fazer cumprir o desejo de Vítor Alves²¹, aquando do arranque para a Revolução: «em caso de vitória, tratar os vencidos com dignidade»²². Para isso, segundo um porta voz do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas, por cautela, era preciso garantir a integridade dos destituídos, face a uma eventual precipitação de reacções populares²³. Aqui, surgiu o segundo grande motivo, isto é, essa segurança não seria fácil no Continente, pelo que a Madeira oferecia esse requisito, pois era «um espaço extravagante [...] marginal [...] onde supostamente não se passava nada e os costumes seriam de uma brandura a toda a prova»²⁴. Adicionava-se um terceiro argumento, o facto de José Manuel Santos de Faria Leal²⁵

²⁰ Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho (1936-) foi o principal comandante operacional do 25 de Abril. Exerceu o cargo de comandante-adjunto do Comando Operacional do Continente (COPCON), instituído em Julho do mesmo ano, e o de governador militar de Lisboa. Durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), em 1974-75, «as suas posições foram-se radicalizando, o que se reflectia na actuação do COPCON». Entretanto, com o 25 de Novembro de 1975, Otelo foi exonerado das funções que exercia. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

²¹ Vítor Manuel Rodrigues Alves (1935-2011), militar com participação na guerra colonial (Angola e Moçambique), foi membro da Comissão Coordenadora do MFA e do grupo de redacção do seu programa, assim como o autor do primeiro comunicado do MFA divulgado à população, no dia 25 de Abril de 1974. Desempenhou funções no Conselho da Revolução e no Conselho de Estado, tendo ainda sido ministro nos II, III e VI Governos Provisórios. GAIÃO, 2011, «Vítor Alves foi o homem principal do 25 de abril (1935-2011)».

²² CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 20-21.

²³ *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Prematuro prever a data da constituição do Governo Provisório», p. 3.

²⁴ SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira»; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, pp. 80-81.

²⁵ José Manuel Santos de Faria Leal (1936-2015) foi chefe de Estado Maior do Quartel General do CTIM, com a patente de major, na altura do 25 de Abril, tendo sido o encarregado de receber na ilha Marcello Caetano e Américo Tomás, na qualidade de prisioneiros. Chefiou o Gabinete de Informação da JSN na Madeira, criado em 27 de Abril de 1974. Até à chegada à ilha de Carlos Azeredo, em 2 de Maio de 1974, o major José Manuel Santos de Faria Leal foi nomeado comandante militar da Madeira interino. Chefe da Casa Civil do presidente da República Jorge Sampaio (1996-2006), alcançou o grau de tenente-general. *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1974, «Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal», p. 1; *Jornal da Madeira*, 28 de Abril de 1974, «Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1», p. 7; *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação», pp. 1 e 12; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Eco do Funchal*, 29 de Abril de 1974, «No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação», p. 2; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5», p. 7; *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Sétimo comunicado do Gabinete

– «um militar de Abril de todas as horas», segundo Vasco Lourenço²⁶ – encontrar-se na ilha, como chefe de Estado-Maior local, como pensava, então, Vítor Alves²⁷.

Quando chegaram os detidos, a Madeira ainda estava sob o comando militar de Vasco António Lopes da Eira²⁸ e, desde logo, foram «recebidos correcta e atenciosamente [...] conforme directivas da Junta de Salvação Nacional»²⁹. Na sua primeira conferência de imprensa, em 29 de Abril de 1974, o governador militar referiu que os detidos no Palácio de São Lourenço encontravam-se bem, com ordens da JSN para que «fossem recebidos com cordialidade e ficassem instalados nas melhores condições de hospitalidade», sendo alojados nas dependências que o Governo do Distrito reservava para os seus hóspedes mais ilustres, ficando Américo Tomás nos mesmos aposentos que ocupou quando visitou a Madeira, como Chefe de Estado, em Setembro de 1973 (aquando da inauguração do Hospital Cruz de Carvalho, no Funchal), dando-se assim uma «prova de maturidade política». Os prisioneiros tinham residência fixa e sob vigilância, podendo circular livremente no interior do palácio, não estando privados de contactos com quem quer que fosse, mas não podiam ser entrevistados ou fotografados, não por imposição superior, mas por vontade expressa dos próprios³⁰.

de Informação», pp. 1 e 2; *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – Sétimo», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 7», p. 7; SILVA, 2015, «Morreu o general que recebeu na Madeira os exilados Marcelo Caetano e Américo Thomaz».

²⁶ Vasco Correia Lourenço (1942-) foi um militar contestatário do Estado Novo, e por via disso, foi detido e transferido para Ponta Delgada, Açores. Não tendo participado activamente no golpe do 25 de Abril, quando voltou ao Continente foi co-autor do Plano de Acção Política e, no período do PREC, pertenceu ao Grupo dos Nove, tendo assumido o lugar de governador militar de Lisboa, em substituição do demitido Otelo, a seguir ao 25 de Novembro de 1975. Também foi membro do Conselho de Revolução, tendo sido co-fundador da Associação 25 de Abril(A25A), ocupando a presidência da sua direcção. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 20-21. SILVA, 2015, «Morreu o general que recebeu na Madeira os exilados Marcelo Caetano e Américo Thomaz».

²⁷ CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 20-21.

²⁸ Vasco António Lopes da Eira, brigadeiro, nomeado governador militar da Madeira pelo Estado Novo, foi exonerado do cargo em 30 de Abril de 1974. *Jornal da Madeira*, Funchal, 1 de Maio de 1974, Sétimo comunicado do Gabinete de Informação, pp. 1 e 2; *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Maio de 1974, Comunicados do Gabinete de Informação – Sétimo p.1; *Diário da Madeira*, Funchal, 4 de Maio de 1974, Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 7, p. 7.

²⁹ *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1974, «Primeiro Comunicado do Gabinete de Informação», p. 1.

³⁰ *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação», pp. 1 e 12; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Eco do Funchal*, 29 de Abril de 1974, «No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação», p. 2; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 21-22.

Depois, o tenente-coronel de cavalaria Carlos de Azeredo Pinto Melo e Leme³¹, chegado à ilha, em 2 de Maio de 1974 – cuja «principal função era [...] zelar pela segurança dos “exilados territoriais”, até à decisão final em relação ao seu destino»³² –, manteve idêntico comportamento perante os detidos, tendo reunido de imediato com os mesmos. Comunicou-lhes o estatuto de prisioneiros – não de guerra, pois esta tinha terminado – mas do Exército e às ordens da JSN. Esta condição era uma medida de segurança dos próprios. Ocupavam não os salões e demais dependências de luxo do palácio, mas pequenos apartamentos normais, sem luxo e esplendores, não sendo, no entanto, e de modo algum, as enxovias da ex-Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direcção Geral de Segurança (PIDE/DGS)³³ e, inclusivamente, Marcello teve um gabinete de trabalho à sua disposição³⁴. Foi aqui que o ex-presidente do Conselho de Ministros, aproveitando «as horas de ócio forçado», iniciou a redacção

³¹ Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme (1930-), natural de Marco de Canaveses, militar, exerceu várias funções na Madeira: de 2 de Maio a 12 de Agosto de 1974 foi delegado da Junta de Salvação Nacional, governador civil do Distrito do Funchal e governador militar; quando Fernando Rebelo foi nomeado governador civil, Azeredo manteve os outros dois cargos; de Setembro a Novembro de 1974, Carlos Azeredo esteve fora da Madeira; regressou para ser novamente governador militar; quando Rebelo se demitiu de governador civil, a 21 de Março de 1975, Azeredo assumiu cumulativamente esta função; a 25 de Março de 1975, acumulou estes dois cargos com o de presidente da recém-criada Junta de Planeamento da Madeira; a 20 de Fevereiro de 1976, extinta a Junta de Planeamento, exerceu os cargos de presidente da Junta Regional, em conjunto com as de governador civil e governador militar. Cessou as suas funções com a tomada de posse do 1.º Governo Regional da Madeira, presidido por Ornelas Camacho, em 1 de Outubro de 1976 e na sequência da posse da Assembleia Regional, a 19 de Julho de 1976. MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, p. 27.

³² CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 47.

³³ PIDE/DGS: «Dupla sigla, representando uma mesma organização. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi criada em 1945 como polícia política e internacional, sucedendo à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), por sua vez criada em 1933, em substituição de outras organizações anteriores, constituídas depois do 28 de Maio de 1926. Após a subida de Marcello Caetano ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1969, a PIDE sofreria uma “cosmética”, passando a chamar-se Direcção Geral de Segurança, mas o anterior nome estava tão arraigado na mente dos portugueses que se manteve, dando origem à sigla PIDE/DGS. Embora com um quadro relativamente limitado de agentes, a PIDE/DGS foi um longo, implacável e eficaz sustentáculo do regime, baseando os seus métodos de vigilância e controlo dos cidadãos na delação e intimidação, recorrendo frequentemente à violência, à tortura e mesmo ao assassinato. A PIDE/DGS levava a cabo as investigações e dispunha de prisões próprias, o que lhe permitia perfeita impunidade nos seus métodos de instrução de processos. Foi extinta nos termos do Programa do Movimento das Forças Armadas, apesar da intenção inicial de transformar a sua organização no Ultramar em Polícia de Informação Militar». CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

³⁴ *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1974, «No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais», pp. 1, 3 e 7; *Jornal da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos» – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço», pp. 1 e 12; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho», p. 12; AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, pp. 168-172.

do seu livro *Depoimento* – concluído dois meses depois, já no Brasil –, sobre «os sacrificados cinco anos e meio em que [teve] sobre os ombros o encargo do governo português»³⁵. Não podiam os prisioneiros sair, pois poderiam ser mal recebidos na rua, até porque havia forças políticas a pedir o seu julgamento, sendo permitido, no entanto, aos seus familiares entrar e sair livremente do palácio, aliás, como o fizeram, indo ao cabeleireiro e às compras. Os presos puderam telefonar e escrever livremente a quem quiseram, sem censura ou escutas³⁶. Não podiam prestar declarações ou serem entrevistados, nem eram autorizadas filmagens do Palácio de São Lourenço, por não ser uma prisão segura³⁷. Segundo Azeredo, nunca houve qualquer contacto telefónico entre António de Spínola³⁸ e os quatro prisioneiros políticos, nem a JSN precisou de falar com eles, e – de acordo com o mesmo interlocutor – foi falsa a hipotética vinda à Madeira de Spínola para uma conversa com Marcello Caetano. O delegado da JSN, no momento inicial das suas funções, não esclareceu o tempo de permanência na Madeira dos políticos detidos, sendo a sua continuação ou não na ilha um «segredo dos deuses»³⁹. Carlos Azeredo – que teve várias conversas

³⁵ CAETANO, 1975, *Depoimento*, p. 7.

³⁶ *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1974, «No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais», pp. 1, 3 e 7; *Jornal da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos» – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço», pp. 1 e 12; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho», p. 12; AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, pp. 168-172.

³⁷ O *Diário de Notícias* publicou imagens de Américo Thomas e César Moreira Baptista, no Palácio de S. Lourenço, então prisioneiros. *Diário de Notícias*, 18 de Maio de 1974, «A objectiva do «Diário de Notícias» documenta ex-membros do governo em exílio na ilha da Madeira», p. 1.

³⁸ António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996) distinguiu-se como responsável militar em Angola, tendo sido governador e comandante-chefe da Guiné, vindo depois a assumir o cargo de vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Foi o autor do livro *Portugal e o Futuro*, «uma pedrada no charco do regime, que via assim um dos seus heróis contestar o imobilismo em que o sistema tinha caído». Foi membro da Junta de Salvação Nacional, cabendo-lhe receber a rendição de Marcello Caetano no dia 25 de Abril. Depois, foi escolhido pela mesma Junta como presidente da República. A sua concepção relativamente ao exercício do poder e ao problema colonial entrou em conflito com a visão dos militares do MFA, tendo procurado alcançar apoio popular, através da manifestação «Maioria Silenciosa», mas acabou por deixar a função de presidente da República em 30 Setembro de 1974. Depois, foi derrotado na tentativa de golpe de estado em 11 de Março de 1975, pelo que se refugiou em Espanha. Voltou a Portugal, depois do 25 de Novembro de 1975. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

³⁹ *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1974, «No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais», pp. 1, 3 e 7; *Jornal da Madeira*, 4 de Maio de 1974, ««Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos» – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço», pp. 1 e 12; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho», p. 12; AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, pp. 168-172.

«agradáveis» com Américo Tomás e Marcello Caetano, em separado, no período de prisão no palácio, chegando a ter «pena» do primeiro – fundamentava a sua extrema protecção aos ex-governantes nos princípios de que «para estar preso, não [era] preciso estar em condições desumanas»⁴⁰ e de que «os [s]eus prisioneiros, «pretos ou brancos» eram sagrados»⁴¹. Confirmando a atenção e o respeito que os detidos mereceram, Ana Maria Caetano – filha de Marcello Caetano e que estivera, também, na ilha, a acompanhá-lo –, anos mais tarde, veio, publicamente, declarar que os mesmos «estavam bem tratados»⁴². Por estas razões, Vicente Jorge Silva⁴³ interpretou, então, que os prisioneiros viviam numa «gaiola dourada»⁴⁴.

Assinale-se que, em todo este processo, houve a atenção de fazer a divulgação pública dos acontecimentos em curso, nomeadamente sobre o tratamento e as instalações dos prisioneiros políticos no Palácio de São Lourenço, fornecendo informações aos órgãos de comunicação social regionais, nacionais e até estrangeiros que tinham vindo à ilha⁴⁵.

Sobre a deslocação dos ex-titulares da governação para a Madeira e o seu bom tratamento, houve muita polémica, designadamente por parte da imprensa regional. Das vozes públicas discordantes, salientamos o *Comércio do Funchal*⁴⁶, que, na sua edição especial do 1 de Maio de 1974, publicou uma caricatura alusiva à prisão de Marcello Caetano e Américo Tomás na Madeira, com o seguinte texto: «Cartaz

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1974, «No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais», pp. 1, 3 e 7.

⁴¹ AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, p. 169; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 25.

⁴² CAPELO, 2018, «Os anos de poder de Marcello Caetano contados pelos filhos».

⁴³ Vicente Jorge Silva (1945-), jornalista, opositor da governação de Marcello Caetano e Américo Tomás, subscritor da «Carta a Um Governador», em 1969. Foi director do *Comércio do Funchal*, indo viver depois para Lisboa, em 1974, onde foi chefe de redacção e director adjunto do *Expresso*, co-fundador do *Público* e colunista de vários jornais, além de realizador de cinema e deputado na Assembleia da República, eleito na lista do PS, pelo círculo de Lisboa. FREITAS, 2008, *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, p. 311; *Diário de Notícias*, 16 de Junho de 1974, «A Direcção do «Comércio do Funchal»», p. 5.

⁴⁴ CASTANHEIRA, 2010, «A “prisão dourada” de Tomás e Caetano na ilha da Madeira».

⁴⁵ *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Terceiro comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Eco do Funchal*, 29 de Abril de 1974, «Terceiro comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 3», p. 6; *Voz da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Terceiro comunicado do Gabinete de Informação», p. 1.

⁴⁶ Semanário, impresso em papel cor-de-rosa, na altura do golpe do 25 de Abril era dirigido por João Carlos Eiras da Veiga Pestana, seu proprietário. Em meados de Junho do mesmo ano, substituiu-o o jornalista Vicente Jorge Silva. *Comércio do Funchal*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974; *Diário de Notícias*, 16 de Junho de 1974, «A Direcção do «Comércio do Funchal»», p. 5.

turístico... à sombra amena da bananeira»⁴⁷. Também o *Diário da Madeira*⁴⁸, na edição do dia 4 do mesmo mês, considerou que a chegada dos derrotados «desagradou ao povo madeirense» e questionou:

«Se o Movimento Militar tivesse a infelicidade de fracassar os seus chefes e familiares teriam sido tratados com a mesma correcção e tolerância? Claro que não. O Governo salazarista, nos seus 48 anos de despotismo, não conhecia esses actos de civismo e cavalheirismo com os seus adversários políticos. Lançava-os nas prisões, fosse qual fosse a sua posição social ou a sua personalidade política. Na Madeira, o «palácio» para os presos políticos do antigo regime era o Lazareto. Mas não vale a pena a justiça de Talião. Temos de lhes mostrar que somos melhores que eles. Em tudo!»⁴⁹.

Ao invés, o jornal *Voz da Madeira*⁵⁰ enalteceu «a dignidade com que por ordem expressa pela Junta de Salvação Nacional foram recebidos e acolhidos pelas autoridades locais, os ex-governantes que foram enviados para a Madeira»⁵¹.

A Agitação Política e o Exílio para o Brasil

A presença dos representantes da ditadura no Funchal espevitou o ambiente político da ilha e constituiu um dos principais motivos da promoção do 1.º de Maio insular⁵². Com efeito, a manifestação do 1.º de Maio foi um privilegiado palco para a forte contestação à presença de Américo Tomás e Marcello Caetano⁵³. Então, o grupo do *Comércio do Funchal* entendeu que a estada dos ex-líderes do regime deposto era insultuosa, porque, na opinião de Vicente Jorge Silva, era tratar a Madeira como uma «coiseca qualquer [...] uma terreola, onde as pessoas não se mexem para nada [...] na Madeira não acontecia nada»⁵⁴. Simbólico foi o aparecimento, nesse desfile, de um cartaz a colocar em causa a presença no Funchal dos ex-governantes, declarando que

⁴⁷ *Comércio do Funchal*, 1 de Maio de 1974, «edição especial. Cartaz turístico ... à sombra da bananeira», p. 1.

⁴⁸ No momento em que aconteceu o 25 de Abril, este semanário (publicado, normalmente, ao sábado) tinha como director António Castro Jorge, médico, e o seu redactor principal era Cesário Nunes. A sua primeira publicação após o golpe militar ocorreu em 27 de Abril de 1974. *Diário da Madeira*, 27 de Abril de 1974, p. 1.

⁴⁹ *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Ventos ilhéus – Aeroporto», p. 4.

⁵⁰ Semanário que se publicava, por regra, à quarta-feira, era dirigido por Agostinho Cardoso (médico e ex-deputado pela Madeira na Assembleia Nacional). A sua primeira publicação após o golpe militar ocorreu em 1 de Maio de 1974. *Voz da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «O momento político», pp. 1 e 3.

⁵¹ *Voz da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Conferência de Imprensa», p. 1.

⁵² VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 80.

⁵³ CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 22.

⁵⁴ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

os madeirenses não eram caixote de lixo⁵⁵. É por essa razão – e como adiante se verá – que o 25 de Abril chegou à Madeira a 1 de Maio⁵⁶.

Figura 1 – Manifestação do 1.º de Maio de 1974, a passar na Rua Fernão Ornelas, Funchal



Fonte: fotografia de Gregório Gouveia.

Depois da tomada de posse de António de Spínola, como presidente da República, e também do Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos⁵⁷, respectivamente em 15 e 16 de Maio, foi posta em prática a decisão da JSN de enviar os ex-governantes para o exílio⁵⁸. Face ao protesto registado contra a sua presença na Madeira, designadamente no Dia do Trabalhador, e juntando-se a vontade dos prisioneiros em se exilarem no Brasil, no dia 20 de Maio de 1974, Américo Tomás e suas esposa e filha, respectivamente Gertrudes e Natália, bem como Marcello Caetano saíram da Madeira para o Porto Santo, seguindo depois para aquele país. Esta saída teve lugar «no seguimento das conversações estabelecidas entre o Dr.

⁵⁵ CARITA, 2017, «Junta de Planeamento 1975».

⁵⁶ NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira».

⁵⁷ Adelino da Palma Carlos (1905-1992), advogado, assumiu o cargo de primeiro-ministro do primeiro Governo Provisório depois do 25 de Abril, por nomeação de António Spínola. Em Julho de 1974, demitiu-se, na sequência da recusa, por parte do Conselho de Estado, da intenção de reforçar os seus poderes. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

⁵⁸ CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 51; SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

Alexandre Carvalho Neto e Francisco Correia de Campos, antigos secretários de Marcello Caetano, com os generais Spínola e Galvão de Melo»⁵⁹.

Foi o próprio Ministério da Comunicação Social, dirigido por Raul Rego, a confirmar que os ex-governantes já tinham manifestado interesse em sair para o Brasil, tendo as autoridades deste território concordado, desde que os mesmos não tivessem qualquer intervenção política naquele país⁶⁰.

Algumas semanas depois de estar na Madeira, Carlos de Azeredo recebeu um telefonema de António de Spínola, determinando a emissão de passaportes, para os prisioneiros, tendo em vista a sua saída para o Brasil. A filha de Marcello Caetano recusou a proposta, optando por ficar em Portugal⁶¹.

A partida foi aprazada para 20 de Maio. Suspeitando de uma manifestação «humilhante» para os detidos, Azeredo resolveu «poupar aos vencidos a caminho do exílio tal humilhação», mesmo sabendo que estava a mentir e que a sua popularidade seria afectada⁶². Quis «salvá-los desse final amargo»⁶³. Então, na véspera, Azeredo anunciou, publicamente, a jornalistas e activistas políticos, que a partida seria às 11h do dia seguinte⁶⁴. Mas a operação foi antecipada para as 6.00-6.30h, e lá partiram, pelas 7.00h, para o Porto Santo, no navio Pirata Azul, saído do Molhe da Pontinha – «tudo em calma e sossego»⁶⁵ – e tendo chegado pelas 10h. O mar estava picado, atrasando a atracagem ao cais da Ilha Dourada, que teve de ser interditado aos populares, que acorreram em grande número. Depois, a partida para o Brasil aconteceu pelas 11.15h, num avião da Força Aérea Portuguesa, comandado pelo capitão piloto-aviador Aguiar e Silva⁶⁶. Pelas 11h, no Funchal, junto ao Palácio de São Lourenço, manifestantes

⁵⁹ SERRÃO, 1985, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, p. 83.

⁶⁰ *Jornal da Madeira*, 21 de Maio de 1974, «Comunicado do Ministério da Comunicação Social», p. 3; *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «Últimas notícias», pp. 1 e 4; *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação», p. 3.

⁶¹ AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, p. 169; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 171 e 176.

⁶² AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, p. 169; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 175.

⁶³ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

⁶⁴ AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, p. 169; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 175.

⁶⁵ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

⁶⁶ AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, p. 169; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 175-177; *Eco do Funchal*, 20 de Maio de 1974, «Seguiram para o exílio o Almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcello Caetano», p. 2; *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «O almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano exilados no Brasil – os ex-governantes saíram ontem para aquele país», p. 1; *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «Décimo quarto comunicado do

acusaram Azeredo de enganar e trair a população⁶⁷. Este militar reconheceu que os mesmos, mimoseando-o com «insultos de fascista, reaccionário [...] tinham uma certa razão, porque os tinha enganado, mas o certo é que os desgraçados que iam para o exílio foram sossegados em paz»⁶⁸. A chegada ao Brasil aconteceu pelas 21h de Lisboa, ainda no mesmo dia 20, no aeroporto Viracopos, Campinas, tendo os ex-governantes sido encaminhados para a cidade de São Paulo⁶⁹.

O exílio dos ex-presidentes da República e do Conselho de Ministros ocasionou diferentes atitudes, da parte de dirigentes políticos, estruturas partidárias, membros do governo provisório e órgãos de comunicação social, quer a nível regional, nacional e internacional, tendo as posições se repartido entre o *no comments*, a surpresa e a condenação.

A notícia do exílio no Brasil dos ex-governantes portugueses causou espanto entre a população, questionando-se se tal significaria o não apuramento das suas responsabilidades políticas⁷⁰, tendo respondido o Ministério da Comunicação Social que não ficaria prejudicado esse apuramento e o congelamento dos seus bens, se a tal houvesse lugar⁷¹.

Mário Soares⁷² teve diferentes posturas nesta matéria. Ainda recém-chegado do exílio, no comício do 1.º de Maio de 1974, ocorrido em Lisboa, este político declarou:

Gabinete de Informação», p. 3; *Jornal da Madeira*, 21 de Maio de 1974, «Décimo quarto comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Jornal da Madeira*, 21 de Maio de 1974, «O almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano ex-presidentes do governo deposto deixaram ontem a Madeira rumo ao Brasil», pp. 1, 3 e 11; *Jornal da Madeira*, 21 de Maio de 1974, «O Brasil confirma asilo político aos ex-governantes», p. 11; *Jornal da Madeira*, 24 de Maio de 1974, «O Prof. Marcelo Caetano e o Almirante Américo Thomaz no Brasil», p. 5; *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1974, «Viagem para o exílio relatada pelo Comandante do «Boeing» da Força Aérea», p. 4; *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação», p. 3.

⁶⁷ AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, p. 169; CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 27-28 e 175-177.

⁶⁸ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

⁶⁹ *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «Últimas notícias», pp. 1 e 4.

⁷⁰ *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4.

⁷¹ *Jornal da Madeira*, 21 de Maio de 1974, «Comunicado do Ministério da Comunicação Social», p. 3; *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «Últimas notícias», pp. 1 e 4; *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação», p. 3.

⁷² Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1924-2017), jurista, foi contestatário do Estado Novo, preso diversas vezes e exilado em S. Tomé. Depois de regressar a Portugal, com a entrada de Marcello Caetano como presidente do Conselho de Ministros, veio a exiliar-se em França. Foi co-fundador do Partido Socialista Português, em 1973, na Alemanha. Regressou a Portugal, em 27 de Abril de 1974, tendo sido ministro dos Negócios Estrangeiros do I ao III Governos Provisórios, 1.º ministro dos I e II Governos Constitucionais. De 1986 a 1996, exerceu o cargo de presidente da República. Desempenhou ainda a função de deputado no Parlamento Europeu. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

«É um escândalo, camaradas, que esse velho e sinistro almirante Tomás [...] esse hipócrita Caetano estejam a gozar as suas férias na Madeira. Esses são responsáveis, esses têm que ser julgados, não por um tribunal plenário – nós não somos desses – têm de ser julgados por um tribunal comum e com todas as garantias de defesa»⁷³.

Depois, já como ministro dos Negócios Estrangeiros, frisou que esta medida fora tomada pela JSN, mesmo antes da constituição do 1.º Governo Provisório, e só não fora executada mais cedo por «dificuldades técnicas»⁷⁴. Mas o Partido Socialista (PS) – a que pertencia Soares – manifestou-se surpreendido e não entendeu a saída de Américo Tomás e Marcello Caetano para o Brasil, mas defendeu que, apesar do acto consumado, os políticos em causa deveriam ser extraditados, caso houvesse motivo para tal. Entretanto, depois, o partido acabou por discordar da referida decisão e pediu a extradição dos ex-políticos portugueses⁷⁵.

Sá Carneiro⁷⁶, ministro sem pasta do Governo Provisório e membro do Partido Popular Democrático (PPD), nada declarou sobre o assunto. Mas, entretanto, o seu partido emitiu um comunicado, referindo que a medida foi tomada pela JSN e não pelo Governo Provisório, manifestando a sua apreensão pelo facto, sendo certo que, no seu entendimento, tal não aconteceria com o regime fascista deposto. Esperava o PPD que tal medida não impedisse o apuramento das responsabilidades dos ex-governantes⁷⁷.

Álvaro Cunhal⁷⁸, ministro sem pasta do Governo Provisório e secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP), declarou nada ter a comentar, mas o seu partido

⁷³ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

⁷⁴ *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «Últimas notícias», pp. 1 e 4; *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Jornal da Madeira*, 22 de Maio de 1974, «O ministro Mário Soares abstém-se de comentários», p. 3.

⁷⁵ *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1974, «Últimas notícias», pp. 1 e 4; *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4.

⁷⁶ Francisco Sá Carneiro (1934-1980), advogado, foi deputado na Assembleia Nacional, pela «ala liberal» da Acção Nacional Popular em 1969, deixando a função em 1973. Em Maio de 1975, foi co-fundador do PPD, tendo sido ministro sem pasta no I Governo Provisório. Assumiu o cargo de primeiro-ministro, de Janeiro a Dezembro de 1980, tendo falecido, então, num acidente aéreo. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

⁷⁷ *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Diário de Notícias*, 23 de Maio de 1974, «O Partido Popular Democrático também se sente apreensivo coma ida para o Brasil de Tomás e Caetano», pp. 1 e 7.

⁷⁸ Álvaro Barreirinhas Cunhal (1913-2005), licenciado em Direito, desde jovem opositor ao Estado Novo, militante do PCP desde 1931, preso diversas vezes, exilado fora de Portugal, foi eleito secretário-geral do PCP em 1961. Regressado ao país, após o 25 de Abril de 1974, foi ministro sem pasta dos quatro primeiros governos provisórios, eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, e à Assembleia da República, entre 1975 e 1987. Escreveu várias obras no campo da política, da ideologia e da literatura, sob o pseudónimo Manuel Tiago. COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE ÁLVARO CUNHAL, s. d., *Elementos biográficos de Álvaro Cunhal*.

disse que não era «partidário de uma política de vindicta», defendendo, no entanto, o apuramento das responsabilidades dos ex-governantes e que a sua saída chocava profundamente todos os que lutaram contra a ditadura⁷⁹.

Relativamente a esta postura de estranheza de alguns agentes políticos, nomeadamente de ministros, Mário Soares declarou: «Ninguém no Governo Provisório foi surpreendido pela decisão da Junta de Salvação Nacional»⁸⁰.

O Movimento de Esquerda Socialista (MES) exprimiu que a JSN não devia libertar Marcello Caetano e Américo Tomás sem haver julgamento das suas responsabilidades⁸¹. Por seu turno, o Movimento Democrático Português (MDP) manifestou estranheza e preocupação com o sucedido, informando orientar-se por sentimentos, não de vingança, mas de justiça⁸².

Além das reacções de carácter nacional, também na Madeira se registaram declarações sobre esta saída para o estrangeiro dos ex-detidos. O Movimento Democrático da Madeira (MDM) lamentou a decisão da JSN em enviar Américo Tomás e Marcello Caetano para o exílio no Brasil, sem apuramento de responsabilidades, solicitando um esclarecimento público sobre o sucedido⁸³.

Entretanto, o *Comércio do Funchal* contestou as posições de Mário Soares e Álvaro Cunhal, nomeadamente pelo seu silêncio inicial, não aceitando que, enquanto os «esbirros» da ex-PIDE aguardavam o seu julgamento na prisão de Caxias, Américo Tomás e Marcello Caetano fossem «mandados em paz para o Brasil, as suas responsabilidades como líderes do fascismo [fossem] apenas «eventuais» e o congelamento dos seus bens [era] deixado ao sabor da indeterminação». O *Comércio do Funchal* comparava a «brandura» de comportamento dos referidos políticos com o que se passou na 1.^a República face à reacção monárquica, situação que mereceu

⁷⁹ *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Jornal da Madeira*, 22 de Maio de 1974, «O Prof. Dr. Marcelo Caetano e Almirante Américo Thomaz devem fixar-se no Rio de Janeiro», pp. 1 e 3.

⁸⁰ *Diário de Notícias*, 23 de Maio de 1974, «Ninguém no Governo Provisório foi surpreendido pela decisão da J.S.N.», p. 4.

⁸¹ *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Jornal da Madeira*, 22 de Maio de 1974, «O Prof. Dr. Marcelo Caetano e Almirante Américo Thomaz devem fixar-se no Rio de Janeiro», pp. 1 e 3; *Jornal da Madeira*, 23 de Maio de 1974, «O Almirante Américo Thomaz fixa-se no Rio de Janeiro, enquanto o Prof. Marcello continua em São Paulo», p. 2.

⁸² *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás», pp. 1 e 4; *Jornal da Madeira*, 22 de Maio de 1974, «O Prof. Dr. Marcelo Caetano e Almirante Américo Thomaz devem fixar-se no Rio de Janeiro», pp. 1 e 3.

⁸³ *Diário de Notícias*, 23 de Maio de 1974, «O M.D.M. e a partida dos ex-presidentes Thomaz e Caetano», p. 3; *Jornal da Madeira*, 23 de Maio de 1974, «O Movimento Democrático da Madeira e a partida dos presidentes do regime deposto», p. 12; *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Movimento Democrático da Madeira – A partida dos ex-presidentes Thomaz e Caetano», p. 3.

uma atitude diferente dos responsáveis pelo golpe militar de 28 de Maio – que abriu caminho à ditadura – em relação aos defensores do regime da 1.ª República⁸⁴.

O *Diário da Madeira* criticou a saída dos ex-governantes para o Brasil, «sem primeiramente prestar contas ao País e aos portugueses dos crimes políticos» que lhes eram imputados, responsabilizando Américo Tomás e Marcello Caetano pelos «atropelos cometidos contra o povo», sublinhando que não os queria na Madeira. Acrescentava os seguintes juízos:

«Américo Tomás e os seus sicários governamentais têm de responder por isso. As vítimas do salazarismo têm direito a essa satisfação nacional [...] No Brasil ou onde quer que estejam a sombra dos seus crimes terá de persegui-los, mesmo que vivam em liberdade. Portugal tem de mostrá-los ao mundo como objectos réprobos que são [...] viverão como proscritos, como renegados. A maior desonra a que o País os pode votar. [...] Mesmo que não sejam condenados, dessa pena ninguém os livra»⁸⁵.

Entretanto, e sobre este exílio, o mesmo diário sublinhava que a JSN, ao permitir a sua saída para o Brasil, «veio esclarecer a Nação, quanto às qualidades dos dois presidentes, mas não os isentou das culpas que terão ao serem julgados e castigados, ainda que à revelia», concluindo, também, que «se os dois culpados desta situação foram postos em liberdade no Brasil, todos os outros [tinham] o mesmo direito», referindo-se aos ministros e outros servidores do Estado Novo, porquanto os dois ex-presidentes eram os responsáveis principais do regime deposto⁸⁶.

Por sua vez, o *Re-nhau-nhau*⁸⁷ publicou uma caricatura, na qual são retratados Marcello Caetano e Américo Tomás, numa alusão ao seu exílio no Brasil, via Porto Santo, usando o Pirata Azul, recentemente chegado para a ligação inter-ilhas. A legenda constante da caricatura foi a seguinte: «Depois da inauguração, corte de fita simbólico, das rápidas ligações marítimas entre a Madeira e o Porto Santo, no Pirata Azul, abrem-se novas e aliciantes perspectivas para a pesca desportiva de “corrico”»⁸⁸.

Enquanto se assistia a esta polémica, no país e na Madeira, do estrangeiro surgia um acto de louvor a este processo, vindo do jornal francês *L’Aurore*, considerando que a decisão portuguesa de enviar Marcello Caetano e Américo Tomás para o exílio no

⁸⁴ *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de Maio de 1974, ««Sem prejuízo das eventuais responsabilidades...», p. 4.

⁸⁵ *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Giz na parede – Sem prestar contas», pp. 1 e 12.

⁸⁶ *Diário da Madeira*, 1 de Junho de 1974, «Como vejo o Almirante Américo Tomás e o Prof. Marcelo Caetano», pp. 1 e 4.

⁸⁷ Trimensário humorístico (publicava-se nos dias 10, 20 e 30 de cada mês), foi fundado por Gonsalves Preto e João Miguel e, no seu primeiro número após o 25 de Abril, vindo a público no dia 30 do mesmo mês, apresentava como director e editor Gil M. Gomes, sendo propriedade de João Miguel (Herdeiros). *Re-nhau-nhau*, 30 de Abril de 1974, p. 1.

⁸⁸ *Re-nhau-nhau*, 20 de Maio de 1974, «Pescaria de “corrico”», p. 1.

Brasil mostrava que «um regime mudou, mas não se deu oportunidade a gestos de vingança», constituindo um «exemplo para a Europa e [...] a França»⁸⁹.

Ao contrário dos ex-presidentes da República e do Conselho de Ministros, que foram exilados para o Brasil, no dia 20 de Maio, três dias depois, ou seja, em 23 de Maio de 1974, os ex-ministros do Interior, César Moreira Baptista, e da Defesa, Silva Cunha, partiram para Lisboa. A ordem foi da JSN, sendo a viagem feita num avião da Força Aérea, na companhia de seis agentes da ex-PIDE/DGS que estavam ao serviço na Madeira. Chegados a Lisboa, por volta das 13.50h, de seguida, sob escolta da Polícia Militar, foram encaminhados para a cadeia da Trafaria, onde aguardariam julgamento nas mesmas condições de Andrade e Silva e Viana de Lemos, respectivamente ex-ministro e ex-subsecretário de Estado do Exército, e ainda de Henrique Tenreiro e Casal Ribeiro⁹⁰.

2. O 1.º de Maio na Madeira

O Feriado Municipal e Nacional

O dia 1 de Maio, em Portugal, antes do 25 de Abril, nunca fora feriado nacional, nem celebrado, legalmente, como Dia do Trabalhador. No arquipélago, esta data era feriado municipal do Funchal, comemorando-se o Dia de Santiago Menor, padroeiro da cidade⁹¹. As actividades alusivas a esta efeméride, em 1974, foram a tradicional missa do voto do município do Funchal em honra do santo padroeiro, passeios e piqueniques

⁸⁹ *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1974, «Últimas notícias», p. 6.

⁹⁰ Fátima Moreira Baptista, filha do ex-ministro do Interior, César Henrique Moreira Baptista (1915-1982), contou que o seu pai, após a estada na Madeira, esteve preso, na cadeia militar da Trafaria, de 23 de Maio de 1974 a Setembro do mesmo ano, voltando a sê-lo, em 28 deste último mês, e durante cerca de dois anos, primeiro na prisão de Caxias e depois na de Peniche, tendo sido libertado nos inícios de 1976. Também, na mesma data, saiu da prisão o ex-ministro da Defesa, Silva Cunha. CAETANO, 2015, *Prisioneiros de Caxias*; *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1974, «Os ex-ministros do Interior e da Defesa Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa e encontram-se detidos no presídio da Trafaria», pp. 1 e 8; *Jornal da Madeira*, 24 de Maio de 1974, «Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1974, «Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime», p. 6; *Diário da Madeira*, 25 de Maio de 1974, «Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação», p. 4.

⁹¹ A homenagem a Santiago Menor remonta a 1521, data em que grassou um surto de peste na cidade do Funchal, fazendo com que os responsáveis camarários e religiosos tivessem entregado a saúde dos munícipes a este santo, instituído como patrono do Funchal. Actualmente, o feriado municipal é vivido no dia 21 de Agosto, data da elevação a cidade. AGÊNCIA ECCLESIA, 2019, *Funchal: Cidade cumpriu «voto» a São Tiago Menor, em procissão de agradecimento*.

no Montado do Barreiro, um concerto da Banda Municipal do Funchal e um recital de violino no Teatro Municipal⁹².

Através do Decreto-Lei n.º 175/74, de 27 de Abril, a JSN decretou a instituição do 1.º de Maio como feriado obrigatório nacional, considerado o «Dia do Trabalhador»⁹³. Então, na cidade do Funchal, comemorou-se, simultaneamente, e pela primeira vez, nesse ano de 1974, os feriados municipal e nacional. Houve, em paralelo com as já aludidas actividades tradicionais, a manifestação do 1.º de Maio, assinalando o «derrube do regime fascista», a qual contou com o apoio do Movimento das Forças Armadas (MFA)⁹⁴.

Os Objectivos e a Organização da Manifestação

Os fundamentos principais deste evento foram o apoio à revolução e o protesto contra a presença na Madeira dos dignitários do regime deposto⁹⁵, tendo concorrido para a sua existência a situação vivida de «normalidade anormal ou anormalidade normal», o que levou «um pequeno grupo de madeirenses opostos à ditadura a um gesto de inconformismo e a programar uma manifestação popular no 1.º de Maio»⁹⁶.

Na verdade, o motivo mais forte deste acontecimento foi o mal-estar que a presença dos ex-líderes do Estado Novo provocou, designadamente a ideia de que os detidos levavam uma vida de luxo e de conforto, gerando uma crescente indignação, pois – segundo Vicente Jorge Silva – não houve a «decência mínima» de colocar os

⁹² *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «1.º de Maio – Programa festivo do município do Funchal», p. 3; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Comemoração do 1.º de Maio no Funchal», p. 3; *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Programa festivo do município do Funchal para hoje», p. 3; *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3.

⁹³ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *O «Dia do Trabalhador»: Dec.-Lei 175/74 de 27 de Abril*; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «1.º de Maio, feriado obrigatório», p. 1.

⁹⁴ MFA: «Sigla por que ficou conhecido o Movimento das Forças Armadas. Este “Movimento”, nunca verdadeiramente instituído, corresponde à organização dos oficiais, na sua maioria capitães, que planearam e executaram o golpe militar que culminaria na Revolução de 25 de Abril. Foi sob este nome que surgiram os primeiros comunicados na rádio, e posteriormente, na TV, o programa político da revolução (o Programa do MFA), que foi instituído como Lei Fundamental do País até à promulgação da Constituição de 1976. Após a consolidação da Revolução, o MFA tendeu a confundir-se com as próprias Forças Armadas, tornando-se o garante do novo enquadramento político, ficando por isso como uma referência histórica, política e cultural». CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*; *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, «Manifestação popular», p. 1; *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Momento histórico que a Nação vive», p. 7; *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de Maio de 1974», p. 1.

⁹⁵ GOUVEIA, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 120; NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira».

⁹⁶ SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira».

representantes do regime deposto num «sítio reservado», mas sim num palácio com o mar em frente, a «passar umas férias». E «esse mal-estar, em parte, explica a adesão à manifestação do 1.º de Maio»⁹⁷.

Mas, na perspectiva do mesmo jornalista do *Comércio do Funchal*, essa não foi a única razão do protesto, pois os seus organizadores não estavam satisfeitos só com a instauração de um regime democrático, dado que

«[...] exigíamos um regime que [...] fosse mais longe, que desse ao povo condições de vida diferentes [...] não era só a possibilidade de as pessoas não serem presas. Era uma exigência maior [...] Não nos bastava só a liberdade [...] devia haver uma democracia social e que não podíamos viver numa sociedade com as injustiças que existiam»⁹⁸.

Outra motivação agregada ao 1.º de Maio foi a reivindicação da autonomia insular, porquanto – na perspectiva de Rui Nepomuceno⁹⁹ – aquele foi um dia de liberdade, mas também de libertação, pois

«além de termos as penalidades que tinha o Continente do regime anterior, do Estado Novo, ainda tínhamos um grande centralismo e os anseios de uma autonomia eram muitos grandes [...] a libertação, porque estava aberto o caminho para conseguirmos a nossa autonomia»¹⁰⁰.

Em suma, umas mais fortes do que outras, eram diversas as causas para a realização da manifestação do Dia do Trabalhador, a que se juntaram, ainda, as exigências do fim da guerra colonial, da independência das colónias e do saneamento dos responsáveis políticos e autárquicos¹⁰¹.

A manifestação foi planeada dois ou três dias antes, por jornalistas e colaboradores do *Comércio do Funchal*, com sede à Rua do Carmo, no Funchal, por elementos dos movimentos católicos progressistas e intelectuais de esquerda, adicionando-se o grupo de padres do Pombal¹⁰², que tiveram encontros preparatórios na redação do *Comércio do Funchal*¹⁰³. A preparação e convocação deste encontro decorreu entre

⁹⁷ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

⁹⁸ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

⁹⁹ Rui Firmino Faria Nepomuceno (1936-), advogado, político e historiador. Participante nas actividades da oposição ao regime do Estado Novo, foi subscritor da «Carta a Um Governador», em 1969. Militante do PCP, foi deputado da Coligação Unitária Democrática (CDU) na Assembleia Legislativa da Madeira. NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira: Os conflitos dos séculos XIX e XX*, p. 2.

¹⁰⁰ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹⁰¹ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹⁰² CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 46.

¹⁰³ *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12; *Comércio do Funchal*, 18 de Maio de 1974, edição regional, «A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação», p. 12; NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira»; SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira».

«apreensões [...] por verem ainda em funções o antigo governador militar, brigadeiro Lopes da Eira, “empenhado em que a transformação política que se registou no país não afect[asse] a vida da Madeira” [...] e receios porque, passados alguns dias sobre o golpe militar, os agentes da PIDE passeavam calmamente, alguns deles armados, pelas ruas do Funchal»¹⁰⁴.

Neste contexto – recordou Rui Nepomuceno –, «Lisboa esqueceu-se de nós», com a manutenção de Lopes da Eira no governo militar e «os pides ainda na rua»¹⁰⁵. Viveu-se um ambiente de semilegalidade, na organização deste evento, e até as pinturas a convocar a manifestação do 1.º de Maio foram realizadas ainda com medo da PIDE¹⁰⁶.

Sem dúvida, o *Comércio do Funchal* teve um papel muito importante neste processo, tendo o mesmo publicado – na edição especial de 1 de Maio de 1974 – um curto texto de apelo à comemoração do Dia do Trabalhador, expressando, assim, o seu envolvimento nesta actividade: «Saudamos a manifestação anti-fascista do 1.º de Maio»¹⁰⁷. Entretanto, também o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal apelou à participação dos seus associados e demais trabalhadores na manifestação do 1.º de Maio, de modo a apoiar as Forças Armadas (FA)¹⁰⁸.

O Desfile e o Comício

Num percurso acordado com as autoridades militares, segundo Vicente Jorge Silva¹⁰⁹ e José Manuel Santos de Faria Leal¹¹⁰, houve a concentração de milhares de pessoas na Praça do Município / Largo do Colégio, pelas 10h, seguindo em manifestação pelas ruas do Funchal, com passagem pela Avenida do Mar e parando junto ao Palácio de São Lourenço (onde estavam Américo Tomás e Marcello Caetano). Aqui, os manifestantes colocaram-se em frente da fortaleza, exigindo a saída da ilha dos ex-governantes do regime deposto e gritando apoio às FA e à JSN¹¹¹.

¹⁰⁴ NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira».

¹⁰⁵ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹⁰⁶ CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 24-25; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 82.

¹⁰⁷ *Comércio do Funchal*, 1 de Maio de 1974, edição especial, «Saudamos a manifestação anti-fascista do 1.º de Maio», pp. 10 e 12.

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, «Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado», p. 5.

¹⁰⁹ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹¹⁰ José Manuel Santos de Faria Leal: «Foi fundamentalmente com ele [Vicente Jorge Silva, do *Comércio do Funchal*] que planeei o trajecto e outros pormenores da manifestação». CASTANHEIRA, 2010, «A “prisão dourada” de Tomás e Caetano na ilha da Madeira».

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira muitos

Depois, aconteceu o regresso ao Largo do Colégio. Relata-nos Rui Nepomuceno que os manifestantes quiseram entrar no edifício da Câmara Municipal do Funchal (CMF), para falar da sua varanda, mas como «não nos abriram a porta, então nós invadimos a câmara»¹¹². Alguns populares e oradores assomaram à varanda com bandeiras e dísticos, o que constituiu um motivo de entusiasmo para os milhares que estavam no exterior¹¹³.

Entretanto, do alto de uma janela do edifício municipal, foi atirado o medalhão com a efígie de Salazar, simbolizando a queda do fascismo¹¹⁴.

Durante o desfile, foram reivindicados direitos, até então recusados, recorrendo-se a cartazes, palavras de ordem e vivas à JSN e a António de Spínola. Dos cartazes, sobressaíam slogans como «Marcelo, Tomás & Cia Fora da Madeira. Não somos caixote de lixo» (cartaz «duro, irreverente, mas compreensível»¹¹⁵), «O Povo unido jamais será vencido», «Fim da guerra colonial – regresso dos soldados», «Viva Portugal – abaixo o capitalismo, viva a liberdade», «Primavera volta sempre Fascismo nunca mais» e «Abaixo o imperialismo». As palavras de ordem davam expressão aos dísticos, sendo um dos principais «Não somos caixote do lixo», juntando-se outras mensagens, como «Liberdade» e «Vitória»¹¹⁶.

milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3; *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «Festa do 1.º de Maio: «explosão» de um povo oprimido há quase meio século», p. 1; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «1.º de Maio: Dia do Trabalhador», pp. 1-2.

¹¹² SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹¹³ *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3; *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «Festa do 1.º de Maio: «explosão» de um povo oprimido há quase meio século», p. 1; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «1.º de Maio: Dia do Trabalhador», pp. 1-2.

¹¹⁴ Este acto foi promovido por Artur Semedo (actor português, então a gravar os acontecimentos, por conta da RTP), que foi buscar o retrato de Salazar ao gabinete do presidente da CMF e atirou-o da varanda, conforme narração de Vicente Jorge Silva e Liberato Fernandes. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 82.

¹¹⁵ *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Ventos ilhéus – 1.º de Maio», p. 4.

¹¹⁶ *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12; *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Ventos ilhéus – 1.º de Maio», p. 4; SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira».

Depois do desfile, houve diversas intervenções, feitas da varanda da CMF. Usaram da palavra Vicente Jorge Gomes da Silva e Liberato Fernandes¹¹⁷ (redactores do *Comércio do Funchal*), Rui Sousa (estudante de Economia), Rui Teives Henriques (ex-presos político, preso em Peniche, libertado pela JSN)¹¹⁸, José Almada (empregado comercial), José de Sousa (agricultor da Ponta do Sol), Emanuel Gimes¹¹⁹, Carlos Melon e ainda uma anciã de 87 anos, em lágrimas e sem palavras (que esteve presa pela PIDE, durante três meses). A seguir aos discursos, a multidão dispersou, ordeiramente¹²⁰.

A Participação Popular em Ambiente de Civismo

O feriado municipal do Funchal, neste dia 1 de Maio, em 1974, a partir de então consagrado, legalmente, como feriado nacional, teve um especial significado, por se exprimir a adesão dos madeirenses ao programa da JSN¹²¹. Participaram

¹¹⁷ Liberato Fernandes, além de colaborador do *Comércio do Funchal*, foi co-fundador da União do Povo da Madeira (UPM). Posteriormente, foi viver para os Açores e, entre outras actividades, foi sócio-fundador e presidente direcção da Cooperativa Porto de Abrigo, no âmbito da sua acção em prol do associativismo no sector da pesca. APEDA, 2017, *Liberato Fernandes troca liderança da Cooperativa Porto de Abrigo pela escrita*. Este activista, não se lembrando do conteúdo do seu próprio discurso, destacou a intervenção feita por Rui Teives, então visto como um herói, porque ex-prisioneiro político, mas que não se considerou como tal, destacando, sim: «herói é todo este povo que lutou, durante quase 50 anos, contra a ditadura». SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹¹⁸ Rui Teives Henriques (1947-), nascido no Funchal, doutorado em Química, foi professor associado do Instituto Superior Técnico (1995-2013), investigador sénior do Instituto de Telecomunicações do Polo de Lisboa, desde 1996. Opositor à ditadura, foi um dos presos políticos que saiu da cadeia de Peniche, em 27 de Abril de 1974. ORCID ID, s. d., *Rui T. Henriques*; SILÊNCIOS E MEMÓRIAS, 2019, *Libertação dos presos políticos de Peniche, 27 de Abril de 1974*.

¹¹⁹ Emanuel Gimes (1945-?) foi colaborador do *Diário da Madeira*, na época do 25 de Abril, e participante em diversas actividades políticas nesse período. Depois, com o nome Lesagi Gymmes Zandinga, dedicou-se a áreas como a astrologia, parapsicologia e acupunctura, a nível nacional e internacional. *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3; *Diário da Madeira*, 11 de Maio de 1974, «Na próxima segunda-feira, os desempregados e trabalhadores irão manifestar-se nas ruas do Funchal», Emanuel Gimes, p. 5; CARDINALI, 2015, «A reencarnação de Zandinga».

¹²⁰ *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12; *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «Festa do 1.º de Maio: «explosão» de um povo oprimido há quase meio século», p. 1; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «1.º de Maio: Dia do Trabalhador», pp. 1-2.

¹²¹ O Programa das Forças Armadas foi um projecto político, criado pelo Movimento das Forças Armadas, anunciado publicamente na madrugada do dia 26 de Abril, tendo resultado de um acordo final entre António Spínola e o MFA, «para dar ao povo português o sentido e a razão de ser da Revolução», tendo constituído a «Lei Fundamental do País, até à promulgação da Constituição de 1976». CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012, *Glossário 25 de Abril*.

milhares de pessoas de todas as categorias sociais e de todos os sectores da vida local, trabalhadores sindicalizados ou não, sem distinção de profissões ou idades, com grande destaque para os jovens¹²². Comungada por uma «população ainda não dividida pelas siglas partidárias»¹²³, este acto constituiu uma jornada de entusiasmo e alegria por se comemorar livremente o «Dia do Trabalhador»¹²⁴ e foi como «destapar uma panela de pressão que estava em lume brando há quase meio século»¹²⁵, sendo – na opinião de Paulo Martinho Martins – «uma expressão clara da revolta popular que existia na Madeira, contida pelo anterior regime mas que estava latente»¹²⁶.

Sobre a igualdade e a verdade de sentimento dos participantes, Vicente Jorge Silva considerou que, no 1.º de Maio de 1974, misturaram-se «gregos e troianos, uns partilhando sinceramente a alegria do acontecimento e outros, vira-casacas e recém-convertidos de ocasião, querendo apenas mostrar-se em sintonia com os novos tempos»¹²⁷. Independentemente do espírito genuíno ou não na participação, este evento reuniu a «maior multidão saída à rua no pós 25 de Abril»¹²⁸, afirmando-se como uma manifestação «colossal»¹²⁹ e a mais participada dos arquipélagos portugueses, Madeira e Açores¹³⁰.

Havia alguma preocupação com o que poderia acontecer nesta realização, pois os militares – de acordo com Vicente Jorge Silva – «estavam com receio que entrássemos pelo Palácio de S. Lourenço adentro e linchássemos o Américo Tomás e

¹²² *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3; *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12; *Re-nhau-nhau*, 10 de Maio de 1974, «As comemorações do 1.º de Maio», p. 3; *Comércio do Funchal*, 18 de Maio de 1974, edição regional, «A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação», p. 12; *Comércio do Funchal*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, «A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida», pp. 10-11; GOUVEIA, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*; SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira».

¹²³ CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 46.

¹²⁴ *Re-nhau-nhau*, 10 de Maio de 1974, «As comemorações do 1.º de Maio», p. 3.

¹²⁵ GOUVEIA, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*.

¹²⁶ Paulo Martinho Martins (1953-2014), participante activo nos acontecimentos pós-25 de Abril, foi professor do Liceu Nacional do Funchal (actual Escola Secundária Jaime Moniz), co-fundador da UPM, líder da União Democrática Popular (UDP) – Madeira, deputado da UDP e do Bloco de Esquerda (BE) na Assembleia Legislativa da Madeira. VIEIRA e MARTINS, 2019, *Dedicado a ti*, pp. 21-35 e 52.

¹²⁷ SILVA, 2008, «O Comércio do Funchal e a Autonomia», p. 249.

¹²⁸ OLIVEIRA, 2016, «Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro – 40 Anos Depois. Uma caminhada para a Autonomia da Região», p. 7.

¹²⁹ CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, pp. 20-21.

¹³⁰ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

o Caetano» e, por isso, o trajecto da manifestação foi estabelecido em conjunto com aqueles¹³¹.

Paulo Martinho Martins, em entrevista concedida em 2013, revelou ter havido um sector – embalado com a «vitória de aparente democracia e sem exigir responsabilidades dos dignatários fundamentais do anterior regime» – que fez um pacto de entendimento com oficiais das FA, «para não perturbarem os senhores fascistas que estavam no Palácio de São Lourenço na altura», tendo existido uma reunião onde foi combinado que «a manifestação passava junto ao palácio, mas que não iria perturbar suas excelências que estavam no palácio»¹³². Também Rui Nepomuceno contou que, quando o governador militar Lopes da Eira soube da organização da manifestação do Dia do Trabalhador, escolheu-o para «pedir que não fizessemos grandes movimentações de massas, porque não tinha meios para se defender e estava o Marcello Caetano e o Américo Tomás no Palácio de S. Lourenço», tendo respondido ao intermediário, capitão Rui Carita¹³³, que «o 1.º de Maio ia se realizar»¹³⁴.

Segundo Milton Morais Sarmiento¹³⁵, «a força da população extravasava completamente as filiações partidárias ou qualquer organização» e o curso da manifestação escapou ao controlo dos promotores, funcionando «autonomamente de forma espontânea», mas Rui Nepomuceno confidenciou que, na passagem do cortejo frente ao palácio, «nós íamos sempre a segurar»¹³⁶. Nessa parte do trajecto, e de uma janela da fortaleza, José Manuel Santos de Faria Leal dirigiu umas palavras aos manifestantes e «aquilo tudo acalmou, tudo foi-se embora», e segundo este,

¹³¹ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹³² VIEIRA e MARTINS, 2019, *Dedicado a ti*, p. 57.

¹³³ Rui Carita, militar que esteve envolvido em diversas actividades na época do 25 de Abril de 1974, na Madeira. Professor universitário, investigador, historiador e escritor, com actividade nacional e internacional. *Diário de Notícias*, 30 de Maio de 1974, «Do arquivo da D.G.S.», p. 1; *Diário de Notícias*, 30 de Maio de 1974, «Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.», p. 5; *Jornal da Madeira*, 30 de Maio de 1974, «As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais», pp. 1 e 7; SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*; WOOK, s. d., *Rui Carita*.

¹³⁴ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹³⁵ Milton Augusto de Azevedo de Morais Sarmiento, advogado, foi um activista do período revolucionário na Madeira, após o 25 de Abril. Foi co-fundador da UPM, colaborador do *Comércio do Funchal* e candidato à Assembleia Constituinte nas eleições de 1975, encabeçando a lista, pela Madeira, da Frente Eleitoral Comunista (Marxista-Leninista) (FEC-ML). Depois, foi viver para os Açores, onde foi consultor jurídico de diversas câmaras municipais, entidades da administração pública e sindicatos. Em 2019, foi agraciado com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento, por deliberação da Assembleia Legislativa dos Açores. MSAF, 2020, *A Sociedade – Equipa*; DIÁRIO DA REPÚBLICA ELECTRÓNICO, 2019, *Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 12/2019/A*; NEPOMUCENO, 2010, «Partidos Constituídos na Madeira Após o 25 de Abril».

¹³⁶ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

os próprios prisioneiros viram passar a manifestação e não houve qualquer problema ou comentário¹³⁷.

A imprensa madeirense registou o comportamento dos populares na manifestação do 1.º de Maio. Segundo o *Re-nhau-nhau*, a mesma decorreu com a «maior ordem e civismo»¹³⁸, acrescentando o *Diário de Notícias*¹³⁹ do Funchal que se viveu um «ambiente [...] de absoluta calma, sem que se registasse o mínimo incidente [e que] o povo deu, realmente, prova dum espírito ordeiro»¹⁴⁰ e concluindo o *Jornal da Madeira*¹⁴¹ que o «civismo exemplar dos manifestantes [era] prova inequívoca da sua maturidade política»¹⁴². Já o *Diário da Madeira* salientou que, ao invés do que diziam os dirigentes do regime salazarista – segundo os quais, «o povo português não estava preparado para usufruir a liberdade de todos os seus direitos cívicos e políticos» –, a prova contrária da conduta desse «povo bruto, terrível e incivilizado» foi a manifestada no 1.º de Maio, em que foi expresso o seu «exemplo de civismo com [...] ardor patriótico e ordeiro»¹⁴³.

Por sua vez, o Gabinete de Informação da Madeira da JSN congratulou-se, publicamente, pelo elevado grau de «fé patriótica e esfusiante civismo demonstrado por todo o povo madeirense, durante a simbólica data do 1.º de Maio»¹⁴⁴. Até Carlos de Azeredo – chegado à Madeira em 2 de Maio – exaltou o impressionante civismo do

¹³⁷ José Manuel Santos de Faria Leal, «na paragem diante do palácio, através de um megafone [falou] aos manifestantes, «para pedir “calma” e prometer “justiça”». CASTANHEIRA, 2010, «A “prisão dourada” de Tomás e Caetano na ilha da Madeira»; SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹³⁸ *Re-nhau-nhau*, 10 de Maio de 1974, «As comemorações do 1.º de Maio», p. 3.

¹³⁹ Diário que, na altura do 25 de Abril, era propriedade da firma Blandy Brothers e dirigido, já há 43 anos, por Alberto Henriques de Araújo (advogado, ex-deputado na Assembleia Nacional), sendo substituído, em 11 de Maio de 1974, interinamente pelo jornalista Armindo Abreu e, depois, por José Manuel Paquete de Oliveira (sacerdote). PITA, 2016, «Araújo, Alberto Henriques de»; *Diário de Notícias*, 11 de Maio de 1974, «Director do «Diário de Notícias», p. 1; *Diário de Notícias*, 11 de Maio de 1974, «Comunicado da Empresa do «Diário de Notícias», Lda., p. 1; *Diário de Notícias*, 11 de Maio de 1974, «Editorial», p. 1; *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1974, «Direcção do «Diário de Notícias», p. 1.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação», pp. 1 e 3.

¹⁴¹ Em 25 de Abril de 1974, este matutino, propriedade da Diocese do Funchal, era dirigido, interinamente, pelo padre Abel Augusto da Silva. Em 29 de outubro do mesmo ano, o novo bispo do Funchal, D. Francisco Santana, nomeou Alberto João Jardim como director, tendo exercido a função até Março de 1978. *Jornal da Madeira*, 25 de Abril de 1974, p. 1; *Jornal da Madeira*, 29 de Outubro de 1974, p. 1; JARDIM, 2017, *Relatório de Combate*, pp. 843-845.

¹⁴² *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12.

¹⁴³ *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Ventos ilhéus – 1.º de Maio», p. 4.

¹⁴⁴ *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «Oitavo comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 8», p. 7.

povo nas manifestações do 1.º de Maio, contrariando a ideia, muitas vezes afirmada, de que não o possuía¹⁴⁵. No mesmo sentido, se referiu Agostinho Jardim Gonçalves¹⁴⁶, entendendo o 1.º de Maio como um momento alto que contrariou a ideia da desordem de um povo¹⁴⁷. Entretanto, Alberto João, no *Voz da Madeira*, referiu-se ao «civismo demonstrado pela generalidade da população»¹⁴⁸. Anos mais tarde, Alberto João Jardim¹⁴⁹ declarou-se um «entusiasta da revolução» entre os dias 25 e 30 de Abril de 1974, porque «o programa do MFA parecia aquilo que o país necessitava». Mas quando, no 1.º de Maio de Lisboa, viu soldados e marinheiros fardados em manifestações, com «slogans absolutamente fracturantes da sociedade portuguesa», para o citado interlocutor foi o «acender da luz vermelha», pois «aquilo já não tinha nada a ver com o programa do MFA», e então, a partir desse dia, ficou apreensivo e percebeu que «o rumo da revolução não ia ser o rumo democrático até á Constituição». Relativamente à manifestação do Dia do Trabalhador ocorrida na Madeira, Alberto João Jardim disse que nem ligou, pois foi composta por «pessoas que, coerentemente, eram adversárias

¹⁴⁵ *Jornal da Madeira*, 4 de Maio de 1974, ««Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos» – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço», pp. 1 e 12.

¹⁴⁶ Agostinho José Luís de Jesus Jardim Gonçalves (1932-), sacerdote, assistente nacional da Liga Operária Católica e internacional do Movimento dos Trabalhadores Católicos. De visita à sua terra natal, a Madeira, logo após o 25 de Abril, concedeu uma entrevista ao *Diário de Notícias* do Funchal, publicada em 26 de Maio de 1974, na qual expôs o seu pensamento sobre a actualidade e o papel da Igreja, acto que gerou uma resposta contundente do bispo D. Francisco Santana. Pertenceu à comissão promotora da Comissão Nacional do Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), em 1970, e foi sócio-fundador do Conselho Português para os Refugiados (CPR), em 1991. *Diário de Notícias*, 26 de Maio de 1974, «O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.», pp. 1 e 4; ABRILABRIL, 2020, *50 anos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos*; CPR, s. d., *História*.

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, 26 de Maio de 1974, «O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.», pp. 1 e 4.

¹⁴⁸ *Voz da Madeira*, 8 de Maio de 1974, «Viver a Democracia, Alberto João», pp. 1-2.

¹⁴⁹ Alberto João Gonçalves Jardim (1943-), licenciado em Direito, quando aconteceu o 25 de Abril de 1974 era professor da Escola Industrial e Comercial do Funchal (actual Escola Secundária Francisco Franco) e dirigente cooperativo (da Cooperativa Agrícola do Funchal e da Indústria de Lacticínios da Madeira – ILMA), sendo colunista no *Voz da Madeira* (dirigido pelo seu tio, Agostinho Cardoso, deputado da Assembleia Nacional, no anterior regime). Jornalista, assumiu a direcção do *Jornal da Madeira* (de 29 de Outubro de 1974 a Março de 1978), por decisão do bispo Francisco Santana. Membro da Frente Centrista, em 1974, foi co-fundador, na Madeira, do PPD. Presidente do PPD/PSD-Madeira e da Fundação Social-Democrata da Madeira. Exerceu ainda, entre muitas, as funções de presidente do Governo Regional (1978-2015), de membro do Conselho de Estado, do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Conselho Superior de Informação e Segurança da República Portuguesa. Foi ainda presidente da Conferência das Regiões Periféricas da União Europeia. Foi condecorado por diversas instituições regionais, nacionais e estrangeiras. JARDIM, 2017, *Relatório de Combate*, pp. 843-845.

do regime de posto e depois uma série de tipos que queriam mostrar que eram democratas, quando, se calhar, a 24 [de Abril] não o eram»¹⁵⁰.

A Intervenção das Autoridades e o “Boicote” do Governador Militar

A manifestação do 1.º de Maio contou com a colaboração das FA locais, designadamente na parte logística, com a cedência e instalação de equipamento sonoro, nos Paços do Concelho do Funchal¹⁵¹, e no seu enquadramento com viaturas militares¹⁵², colaboração que, por um lado, foi vista como positiva, mas, por outro, foi alvo de críticas, nomeadamente do *Comércio do Funchal*.

Em 29 de Abril, o Gabinete de Informação da Madeira da JSN e o governador militar da Madeira, Vasco António Lopes da Eira, apelaram para que as manifestações do 1.º de Maio decorressem dentro da legalidade e do civismo, apoiando o programa da JSN¹⁵³.

No dia seguinte, o mesmo Gabinete de Informação pediu, aos participantes na manifestação do 1.º de Maio, para que não entendessem «como provocação, mas, antes como solidariedade», a comparência de elementos das FA e da Polícia de Segurança Pública (PSP) nas ruas do Funchal¹⁵⁴. A presença das FA aconteceu, efectivamente, pois na frente do cortejo, que percorreu as ruas do Funchal, ia um aspirante do Exército, com megafone, a comandar a manifestação¹⁵⁵.

¹⁵⁰ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

¹⁵¹ SILVA, 2008, «O Comércio do Funchal e a Autonomia», p. 249; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 88; *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12.

¹⁵² CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 46.

¹⁵³ *Eco do Funchal*, 29 de Abril de 1974, «No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação», p. 2; *Eco do Funchal*, 29 de Abril de 1974, «Terceiro comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Terceiro comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Jornal da Madeira*, 30 de Abril de 1974, «Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação», pp. 1 e 12; *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, «Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação», p. 1. *Voz da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Terceiro comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 3», p. 6.

¹⁵⁴ *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1974, «Sexto comunicado do Gabinete de Informação», pp. 1 e 2; *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – Sexto», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 6», p. 7.

¹⁵⁵ *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12.

Este apoio dos militares suscitou alguns reparos da parte do *Comércio do Funchal*, que relatou a sua actuação relativamente à preparação e à intervenção na manifestação do 1.º de Maio, no Funchal. Assim, o semanário referiu que, na véspera do aludido dia, houve uma reunião de emergência dos capitães de unidade do Batalhão Independente de Infantaria n.º 19 (BII 19), por decisão do comandante deste batalhão. Foram fornecidas instruções aos comandantes de companhia para que as transmitissem aos seus subordinados, sobre a forma de comportar-se na mencionada manifestação. Um dos comandantes, o capitão Renato, proibiu a sua companhia de tomar parte activa no evento, só autorizando os militares a assistir passivamente e avisou que não perdoaria a quem desobedecesse. Mas, nas outras companhias, não houve este tipo de decisão, tendo sido mesmo militar a viatura que abriu a manifestação e na qual seguiram alguns oficiais superiores da unidade. Na mesma reunião de emergência, foi determinado que nenhum militar podia trajar civilmente, tendo sido cortadas todas as dispensas que os militares tinham metido para esse efeito, contrariamente ao que se passara no Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 2 (GAG 2), onde os militares não só foram autorizados a trajar como quisessem, como também foram convidados a integrar activamente a manifestação¹⁵⁶. O Gabinete de Informação da JSN veio a público esclarecer a notícia do *Comércio do Funchal*, mencionando que a reunião de 30 de Abril no BII 19 teve por objectivo informar os militares das directivas da JSN, através do Comando Militar, designadamente dar a conhecer como deveriam se comportar na manifestação do 1.º de Maio no Funchal¹⁵⁷.

Interpretando o comportamento de Vasco António Lopes da Eira como um acto de boicote, porquanto – no entendimento de Vicente Jorge Silva – «tentou proibir a manifestação» do 1.º de Maio, os seus organizadores reclamaram junto do comando operacional do MFA, na Cova da Moura, em Lisboa, dando informações sobre o ambiente que se vivia na ilha. Esta acção provocou o afastamento do governador militar, ainda

¹⁵⁶ *Comércio do Funchal*, 11 de Maio de 1974, edição regional, «Os militares e a manifestação do 1.º de Maio», p. 3.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, 12 de Maio de 1974, «Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do «Comércio do Funchal»», pp. 1 e 10; *Jornal da Madeira*, 12 de Maio de 1974, «Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do «Comércio do Funchal»», p. 12; *Eco do Funchal*, 13 de Maio de 1974, «Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do «Comércio do Funchal»», p. 1; *Diário da Madeira*, 18 de Maio de 1974, «Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do «Comércio do Funchal»», p. 21.

na véspera do 1.º de Maio, passando à reserva, e a desactivação da PIDE, com a tomada das suas instalações, na Rua da Carreira¹⁵⁸. Lopes da Eira foi exonerado do cargo de governador militar, pela JSN, sendo nomeado seu substituto Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme, que só chegou à ilha no dia 2 de Maio; nesse intervalo a função foi assumida, interinamente, pelo major José Manuel Santos de Faria Leal.

A Falta de Apoio de Algumas Organizações

Para além das queixas contra o governador militar demitido, relativamente à preparação da manifestação do 1.º de Maio no Funchal, Vicente Jorge Silva referiu alguns gestos de intimidação. Assim, houve pessoas que meteram medo a outras, aconselhando a ficarem em casa, nesse dia, bem como proprietários de transportes públicos não disponibilizaram autocarros suficientes para possibilitar a ida dos interessados à manifestação. O mesmo jornalista também criticava o silêncio e o receio daqueles que se proclamavam democratas e amigos do povo, mas para quem o 1.º de Maio – uma manifestação em que estiveram, não apenas estudantes, mas também «a grande massa» –, pouco significava¹⁵⁹.

O mencionado redactor do *Comércio do Funchal* criticou, fortemente, o MDM, considerando que o mesmo ignorou grandes manifestações populares, tendo mesmo alguns elementos desse agrupamento tentado boicotar o 1.º de Maio no Funchal, pois receavam ser ultrapassados pela mobilização popular; e afirmou que uma das razões para o apressar da formação daquele agrupamento político (em 9 de Maio de 1974) foi um incómodo advindo daquela manifestação¹⁶⁰.

No âmbito da falta de colaboração na promoção do evento do dia 1 de Maio, os bancários madeirenses aprovaram um voto de censura à direcção do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, pelo seu mutismo e falta de informação aos filiados do Funchal, relativamente ao MFA, e também um voto de desconfiança em relação aos delegados sindicatos na Madeira, pela sua inacção quanto aos movimentos do 25 de Abril e ao 1.º de Maio¹⁶¹.

¹⁵⁸ NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira»; SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira».

¹⁵⁹ *Comércio do Funchal*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, «A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida», pp. 10-11.

¹⁶⁰ *Comércio do Funchal*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ««Democracias» há muitas...», pp. 1 e 4; *Diário de Notícias*, 19 de Maio de 1974, «O momento político – Vicente Jorge Silva», pp. 1 e 5.

¹⁶¹ *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1974, «Realiza-se hoje uma reunião de bancários madeirenses», p. 8; *Jornal da Madeira*, 17 de Maio de 1974, «p. 2 e 4; Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, Delegação no Funchal – Assembleia Geral», p. 5.

A Importância do 1.º de Maio

Esta jornada popular teve uma enorme relevância na história nacional e regional, com grandes reflexos posteriores no tecido sociopolítico, tendo merecido, desde então, uma enorme atenção, por parte de diversas entidades, personalidades e órgãos de comunicação social.

O Gabinete de Informação da JSN definiu este evento como um «baptismo de liberdade»¹⁶². O *Comércio do Funchal* qualificou-o como «a maior expressão de mobilização popular que a Madeira conheceu nas últimas décadas»¹⁶³. Por sua vez, o *Eco do Funchal*¹⁶⁴ considerou que se escrevera «uma das mais belas páginas da História de Portugal! [...] a hora da libertação, da alegria esfusiante», exaltando José Abel Caldeira o «autêntico sentido patriótico no dia 1.º de Maio»¹⁶⁵. Também o *Re-nhau-nhau* destacou a «grandiosa jornada de fé e patriotismo», que falava «eloquentemente contra a tão apregoada imaturidade política do nosso Povo»¹⁶⁶. O *Voz da Madeira* divulgou um texto da autoria de Alberto João, para sublinhar que Portugal tinha vivido «pela primeira vez com autenticidade, o Dia do Trabalhador», e o civismo expresso realçava que «o Povo est[ava] preparado para uma vida política livre»¹⁶⁷.

Uma das consequências deste dia 1 de Maio foi a adesão e o apoio da população à acção do MFA e um estímulo para os representantes do movimento militar na Madeira iniciarem diversas mudanças¹⁶⁸, testemunhando-se que a JSN podia contar com o povo madeirense¹⁶⁹. Igualmente, o 1.º de Maio provocou novas iniciativas populares, como a manifestação contra a política do Fundo de Desemprego, no Funchal, no dia

¹⁶² *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «Oitavo comunicado do Gabinete de Informação», p. 1; *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo», p. 1; *Diário da Madeira*, 4 de Maio de 1974, «Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 8», p. 7.

¹⁶³ *Comércio do Funchal*, 18 de Maio de 1974, edição regional, «A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação», p. 12.

¹⁶⁴ Semanário (saía, normalmente, à segunda-feira), quando ocorreu o 25 de Abril tinha como director Rogério M. Caldeira. A sua primeira publicação, após o golpe militar, ocorreu em 29 de Abril de 1974. *Eco do Funchal*, 29 de Abril de 1974, p.1.

¹⁶⁵ *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «Festa do 1.º de Maio: «explosão» de um povo oprimido há quase meio século», p. 1; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «1.º de Maio: Dia do Trabalhador», pp. 1-2; *Eco do Funchal*, 6 de Maio de 1974, «Manifestação pessoal, José Abel Caldeira», p. 2.

¹⁶⁶ *Re-nhau-nhau*, 10 de Maio de 1974, «As comemorações do 1.º de Maio», p. 3.

¹⁶⁷ *Voz da Madeira*, 8 de Maio de 1974, «Viver a Democracia, Alberto João», pp. 1-2.

¹⁶⁸ NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira».

¹⁶⁹ *Jornal da Madeira*, 3 de Maio de 1974, «1.º de Maio, «Dia do Trabalhador» Um dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante», pp. 1 e 12.

13 de Maio, uma actividade de um grupo de trabalhadores da indústria hoteleira, em que participaram centenas de pessoas de diversas áreas profissionais¹⁷⁰.

Outra consequência foi no campo jornalístico-político, pois o 1.º de Maio, «para alguns dos seus promotores, seria sol de pouca dura, antecedendo o desaparecimento do *CF [Comércio do Funchal]*»¹⁷¹, assistindo-se aos primeiros indícios de divisão na esquerda madeirense, com Vicente Jorge Silva e redactores do *Comércio do Funchal*, sob a ideia de «A Madeira não é caixote do lixo», e outros, como Paulo Martinho Martins, Liberato Fernandes e Luís Teives a irem mais adiante, defendendo o «Julgamento e prisão» dos ditadores¹⁷². Segundo Paulo Martinho Martins, o 1.º de Maio de 1974 «marca a existência de duas correntes fundamentais que iriam [...] determinar os acontecimentos dos anos quentes 74 e 75», sendo uma conciliatória, que defendia «Américo e Tomás aqui não mandam mais», e outra mais radical, pugnando por «Américo e Tomás presos e julgados», ganhando esta última parte importante da manifestação; como tal, esta situação constituiu uma «linha demarcatória que atravessou a manifestação do 1.º de Maio»¹⁷³.

Um dos protagonistas do 1.º de Maio, Vicente Jorge Silva, destacou este acontecimento como um dos mais importantes da movimentação política, desde o 25 de Abril (até 18 de Maio de 1974), a par da manifestação contra o Fundo de Desemprego e o 1.º Comício dos Sindicatos¹⁷⁴, referindo que não se podia esquecer a lição do 1.º de Maio, expressa no seu seguinte depoimento:

«O primeiro de Maio, dia do trabalhador, foi a maior manifestação das massas populares, a maior festa popular jamais vivida em Portugal. A alegria e o entusiasmo do povo desceram à rua. Cidades, vilas e aldeias foram inundadas pelo povo. Em toda a parte, as multidões fizeram ouvir livremente a sua voz. Em toda a parte o povo gritou a força do seu poder. O povo mostrou que será capaz de construir o Portugal revolucionário do futuro, em que o poder estará nas mãos dos trabalhadores, dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos soldados e dos marinheiros identificados com o povo. É preciso começar o Portugal dos Trabalhadores [...] Portugal foi libertado do fascismo, é preciso libertá-lo agora do capitalismo [...] do colonialismo [...] pelo Portugal socialista do futuro [...] democrático e popular [...] nesse dia [1.º de Maio] começamos a construir uma Madeira nova»¹⁷⁵.

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 13 de Maio de 1974, «Manifestação contra o Fundo de Desemprego», p. 3, *Diário de Notícias*, 14 de Maio de 1974, «Expressiva manifestação contra o Fundo de Desemprego», pp. 1 e 6; *Diário de Notícias*, 14 de Maio de 1974, «O que é (deveria ser) o Fundo de Desemprego», p. 1.

¹⁷¹ SILVA, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira».

¹⁷² CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 25.

¹⁷³ VIEIRA e MARTINS, 2019, *Dedicado a ti*, pp. 52-53.

¹⁷⁴ *Diário de Notícias*, 19 de Maio de 1974, «O momento político – Vicente Jorge Silva», pp. 1 e 5.

¹⁷⁵ *Comércio do Funchal*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, «A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida», pp. 10-11.

Como síntese do valor deste facto histórico, podemos recorrer ao mesmo jornalista do *Comércio do Funchal*, quando acentua que, «na prática, o 25 de Abril chegou à Madeira a 1 de Maio»¹⁷⁶. Porquanto, segundo Paulo Santos¹⁷⁷, o Dia do Trabalhador simbolizou «o despertar de uma nova esperança, o viver de um sonho. A revolução chegava, finalmente!»¹⁷⁸. Na óptica de Rui Carita, «as grandes alterações na Madeira processaram-se a partir das comemorações do 1.º de Maio, que se revestiram de um indubitável cariz político»¹⁷⁹.

O 1.º de Maio em Machico

Para além do Funchal, no ano de 1974, só em Machico se festejou o Dia do Trabalhador. Um grupo de populares – entoando canções, acompanhadas pelo acordeão de José Martins Júnior¹⁸⁰ – percorreu as ruas e passou à frente de vários edifícios (Câmara Municipal, Igreja Matriz, Companhia dos Engenhos, Mercado Velho, Hotel Dom Pedro, Matur), gritando «Machico é nosso», como forma de sublinhar a «consciência da Terra que lhe pertence [...] e da responsabilidade inalienável que lhe assiste na condução dos destinos da terra que chama sua»¹⁸¹. Surgiram boatos da parte de «saudosistas», acusando os manifestantes de terem causado distúrbios (vidros partidos, carros danificados, escolas invadidas e até repartição de finanças assaltadas), acusações desmentidas por um grupo de populares, alegando que o desfile efectuado tinha decorrido de modo calmo e cívico¹⁸².

¹⁷⁶ NÓBREGA, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira».

¹⁷⁷ Paulo Santos, jornalista da RTP-Madeira, autor do programa *Uma História de Autonomia* (12 episódios), produzido em 2016.

¹⁷⁸ SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

¹⁷⁹ CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 46.

¹⁸⁰ José Martins Júnior (1938-), natural de Machico, foi ordenado sacerdote em 1962, tendo sido pároco no Porto Santo em 1963 e coadjutor da Sé do Funchal em 1965. De 1967 a 1969, foi capelão militar em Moçambique. Em 1969, foi nomeado pároco da Ribeira Seca. Em 1974 participou activamente na Revolução do 25 de Abril, tendo sido presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, de Abril a Setembro de 1975. Em 1976, foi deputado da 1.ª Assembleia Regional da Madeira. Em 1977, foi suspenso *a divinis* pelo bispo D. Francisco Santana. Em 1980, é novamente deputado da Assembleia Regional. Preside à Junta de Freguesia de Machico, em 1982, e à Câmara Municipal de Machico, de 1990 a 1998. Em 1998, regressa novamente à Assembleia Regional, mantendo-se até 2007. Continuou a exercer as funções sacerdotais na Ribeira Seca, tendo sido anulada a sua suspensão em 2019, pelo bispo D. Nuno Brás. MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, p. 25.

¹⁸¹ *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?); MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, pp. 177-179.

¹⁸² *Diário de Notícias*, 8 de Maio de 1974, «1.º de Maio em Machico – Esclarecimento», p. 4; *Jornal da Madeira*, 8 de Maio de 1974, «O 1.º de Maio em Machico», p. 2. MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, p. 179.

A evocação do 1.º de Maio, em Machico, logo no ano da revolução, foi considerada uma «maravilhosa oferta da Junta de Salvação Nacional ao povo português, especialmente ao homem trabalhador» e constituiu um estímulo futuro, ao anunciar-se que «O 1.º de Maio não foi o fim – foi o princípio»¹⁸³.

3. Considerações Finais

A Revolução dos Cravos, que eclodiu em 25 de Abril de 1974, sob o comando do MFA, teve um grande impacto no arquipélago da Madeira. Esta terra, logo após a Revolução dos Capitães, acolheu dois grandes acontecimentos históricos: a estada dos ex-dirigentes da ditadura portuguesa, na qualidade de prisioneiros, e a comemoração livre do 1.º de Maio.

A vinda para a Madeira dos ex-líderes do Estado Novo deveu-se à necessidade de protegê-los, no período revolucionário subsequente ao golpe, afastando-os do seu epicentro, o Continente Português, tendo a ilha oferecido as condições de normalidade e acalmia política para o efeito. Os detidos no Palácio de São Lourenço, que mereceram um correcto tratamento, provocaram uma ebulição política local, que desembocou na enorme manifestação do Dia do Trabalhador, em 1 de Maio de 1974. Por consequência, em 20 de Maio de 1974, Américo Tomás e Marcello Caetano tiveram de abandonar a Madeira, exilando-se no Brasil.

A comemoração do 1.º de Maio, nesse ano, na ilha, esteve intimamente associada à exigência dessa saída, expressa num célebre cartaz da manifestação: «Não somos caixote de lixo». Este evento teve também outros objectivos, como apoiar a revolução, o MFA e a JSN, defender a implantação da liberdade e da democracia, pugnar pela mudança socioeconómica, reclamar a autonomia da Madeira, exigir o fim da guerra colonial e a independência das colónias portuguesas, bem como o saneamento dos dirigentes do regime deposto. Com uma enorme participação popular, num clima de civismo, a manifestação do Dia do Trabalhador, organizada à volta do *Comércio do Funchal*, marcou o início da revolução na Madeira, sendo comumente aceite que, no arquipélago, o 25 de Abril arrancou no 1.º de Maio de 1974. A partir deste acontecimento, registou-se a implementação dos ideais do 25 de Abril e o intensificar das mudanças político-sociais na Madeira.

¹⁸³ *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?); MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, pp. 177 e 179; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 86.

Em suma, a prisão dos ex-governantes do Estado Novo e a acção do 1.º de Maio de 1974 – *per si* e na sua correlação estreita – constituíram dois marcos assinaláveis na História do 25 de Abril, a nível nacional e, igualmente, regional.

Fontes e Bibliografia

Publicações Periódicas no Arquivo e Biblioteca da Madeira e na Biblioteca Municipal do Funchal

Comércio do Funchal, 1974, Funchal.

Diário da Madeira, 1974, Funchal.

Diário de Notícias, 1974, Funchal.

Eco do Funchal, 1974, Funchal.

Jornal da Madeira, 1974, Funchal.

Re-nhau-nhau, 1974, Funchal.

Voz da Madeira, 1974, Funchal.

Bibliografia

ABRILABRIL, 2020, *50 anos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos*, disponível em <https://www.abrilabril.pt/nacional/50-anos-da-comissao-nacional-de-socorro-aos-presos-politicos>, consultado em 2020-05-22.

AGÊNCIA ECCLESIA, 2019, *Funchal: Cidade cumpriu «voto» a São Tiago Menor, em procissão de agradecimento*, disponível em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/funchal-cidade-cumpriu-voto-a-sao-tiago-menor-em-procissao-de-agradecimento/>, consultado em 2020-06-13.

APEDA, Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores, 2017, *Liberato Fernandes troca liderança da Cooperativa Porto de Abrigo pela escrita*, disponível em <https://pescazores.com/liberato-fernandes-troca-lideranca-da-cooperativa-porto-de-abrigo-pela-escrita/>, consultado em 2020-05-22.

AZEREDO, Carlos de, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Porto, Livraria Civilização Editora.

CAETANO, Marcello, 1975, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record.

CAETANO, Nuno Alves, 2015, *Prisioneiros de Caxias*, Lisboa, Chiado Editora.

CALISTO, Luís, 1995, *Achas na autonomia*, Funchal, Diário de Notícias do Funchal.

- CAPELO, Sara, 2018, «Os anos de poder de Marcello Caetano contados pelos filhos», in *Sábado*, n.º 752, disponível em <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/os-anos-de-poder-de-marcelo-caetano-contados-pelos-filhos>, consultado em 2020-05-27.
- CARDINALI, A., 2015, «A reencarnação de Zandinga», in *Jornal Tribuna de Macau*, disponível em <https://jtm.com.mo/local/reencarnacao-de-zandinga/>, consultado em 2020-05-20.
- CARITA, Rui, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.
- CARITA, Rui, 2017, «Junta de Planeamento 1975», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/junta-de-planeamento-1975/>, consultado em 2018-01-18.
- CASTANHEIRA, José Pedro, 2010, «A “prisão dourada” de Tomás e Caetano na ilha da Madeira», in *Expresso*, de 25 de Abril de 2010, disponível em <https://expresso.pt/actualidade/a-prisao-dourada-de-tomas-e-caetano-na-ilha-da-madeira=f578341>, consultado em 2020-05-20.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, Universidade de Coimbra, 2012, *Glossário 25 de Abril*, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=glossario>, consultado em 2020-05-20.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, Universidade de Coimbra, 2012, *O «Dia do Trabalhador»: Dec.-Lei 175/74 de 27 de Abril*, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapol18>, consultado em 2020-05-20.
- COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE ÁLVARO CUNHAL, s. d., *Elementos biográficos de Álvaro Cunhal*, disponível em <http://www.alvarocunhal.pcp.pt/elementos-biogr%C3%A1ficos-de-%C3%A1lvaro-cunhal>, consultado em 2020-05-22.
- CPR-Conselho Português para os Refugiados, s. d., *História*, disponível em <https://cpr.pt/historia/>, consultado em 2020-05-22.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELECTRÓNICO, 2019, *Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 12/2019/A*, disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/122651143/details/maximized?serie=l&day=2019-06-24&date=2019-06-01>, consultado em 2020-05-21.
- FREITAS, João Abel (coord.), 2008, *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora.

- GAIÃO, Paulo, 2011, «Vitor Alves foi o homem principal do 25 de abril (1935-2011)», in *Expresso*, de 9 de Janeiro de 2011, disponível em <https://expresso.pt/actualidade/vitor-alves-foi-o-homem-principal-do-25-de-abril-1935-2011=f624968>, consultado em 2020-05-20.
- GOUVEIA, Gregório, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, G. Gouveia.
- JARDIM, Alberto João, 2017, *Relatório de Combate, Alfragide, Publicações Dom Quixote. Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), panfleto, s. n., Coleção de Lino Bernardo Calaça Martins.
- MARTINS, Lino Bernardo Calaça, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, Machico, Câmara Municipal de Machico.
- MSAF, Morais Sarmiento, Almeida Farinha & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL, 2020, *A Sociedade – Equipa*, disponível em https://www.msaf.pt/sociedade/equipa_ver.php?id=3, consultado em 2020-05-21.
- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira: Os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Caminho.
- NEPOMUCENO, Rui, 2010, «Partidos Constituídos na Madeira Após o 25 de Abril», in blogue *Rui Nepomuceno*, disponível em <http://ruinepomuceno.blogspot.com/2010/02/partidos-politicos-constituídos-na.html>, consultado em 2020-05-21.
- NÓBREGA, Tolentino de, 2014, «A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira», in *Público*, de 27 de Abril de 2014, disponível em <https://www.publico.pt/2014/04/27/politica/noticia/a-censura-ainda-funcionou-no-dia-25-de-abril-na-madeira-1633320>, consultado em 2018-01-17.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, 2016, «Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro – 40 Anos Depois. Uma caminhada para a Autonomia da Região», in *Islenha*, n.º 58, pp. 5-18.
- ORCID ID, s. d., *Rui T. Henriques*, disponível em <https://orcid.org/0000-0002-3691-0829>, consultado em 2020-05-29.
- PITA, Gabriel, 2016, «Araújo, Alberto Henriques de», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/araujo-alberto-henriques-de/>, consultado em 2020-06-13.
- POLITIPÉDIA, 2012, *Baptista, César Henrique Moreira*, disponível em <http://www.politipedia.pt/baptista-cesar-henrique-moreira-1915-1982/>, consultado em 2020-05-29.
- POLITIPÉDIA, 2012, *Cunha, Joaquim Moreira da Silva*, disponível em <http://www.politipedia.pt/cunha-joaquim-moreira-da-silva/>, consultado em 2020-05-29.

- REPOSITÓRIO DIGITAL DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, s. d., *Junta de Salvação Nacional*, disponível em <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/quatro-decadas-de-educacao-1962-2009/ministros-da-educacao-de-1962-a-2009/junta-de-salvacao-nacional/>, consultado em 2020-05-22.
- ROSAS, Fernando, 1996, «Estado Novo», in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 315-319.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1985, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, Lisboa, Ver.
- SILÊNCIOS E MEMÓRIAS, 2019, *Libertação dos presos políticos de Peniche, 27 de Abril de 1974*, disponível em <http://silenciosememorias.blogspot.com/2019/04/2125-libertacao-dos-presos-politicos-de.html>, consultado em 2020-05-29.
- SILVA, Emanuel, 2015, «Morreu o general que recebeu na Madeira os exilados Marcelo Caetano e Américo Thomaz», in *Funchal Notícias*, de 21 de Julho de 2015, disponível em <https://funchalnoticias.net/2015/07/21/morreu-o-general-que-recebeu-na-madeira-os-exilados-marcelo-caetano-e-americo-thomaz/>, consultado em 2018-01-18.
- SILVA, Vicente Jorge, 2008, «O Comércio do Funchal e a Autonomia», in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 233-259.
- SILVA, Vicente Jorge, 2014, «O 25 de Abril e a Madeira», in *Sol*, de 23 de Abril de 2014, disponível em <https://sol.sapo.pt/noticia/104130/O-25-de-Abril-e-a-Madeira>, consultado em 2018-11-26.
- VARELA, Raquel e PEREIRA, Luísa Barbosa, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, Lisboa, Edições Parsifal Lda.
- VIEIRA, Guida e MARTINS, Joana, 2019, *Dedicado a ti*, Câmara de Lobos, Editora O Liberal.
- WOOK, s. d., *Rui Carita*, disponível em <https://www.wook.pt/autor/rui-carita/2031127>, consultado em 2020-06-13.

Filmografia

- SANTOS, Paulo, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*, RTP-Madeira, episódio 1, disponível em <https://www.rtp.pt/play/p3377/e282589/uma-historia-de-autonomia>, consultado em 2020-05-15.
- SANTOS, Paulo, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de liberdade*, RTP-Madeira, episódio 2, disponível em <https://www.rtp.pt/play/p3377/e283886/uma-historia-de-autonomia>, consultado em 2020-05-16.